

GUSTAVO SOARES IORIO

**IDEOLOGIAS GEOGRÁFICAS NO BRASIL SOB REGIME  
MILITAR: O MINISTÉRIO DO INTERIOR (1967-1980)**

Viçosa, dezembro de 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE ARTES E HUMANIDADES

**IDEOLOGIAS GEOGRÁFICAS NO BRASIL SOB REGIME  
MILITAR: O MINISTÉRIO DO INTERIOR (1967-1980)**

Projeto de monografia  
apresentado como  
exigência da disciplina  
GEO 481 – Monografia e  
Seminário

Gustavo Soares Iorio, matrícula 48514

Viçosa,  
dezembro de 2007.

Esta Monografia foi aprovada como requisito parcial à conclusão do curso de Bacharelado em Geografia do Departamento de Artes e Humanidades da Universidade Federal de Viçosa – UFV.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Professor Eduardo Maia  
Orientador

---

Professor Willer Barbosa  
Avaliador

---

Professor Edson Soares Fialho  
Avaliador

Àquela que me concede a maior das alegrias: tê-la como mãe.

## **Agradecimentos**

O trabalho que segue é resultado de todo o processo de uma vida compartilhada com muitas pessoas queridas, que me fizeram ser quem sou. Em cada linha estão contidos os sonhos, as esperanças, as decepções, as paixões, as tristezas e as alegrias vividas.

Agradeço, em primeiro lugar, a sociedade brasileira, da qual o suor e o trabalho me proporcionaram a oportunidade de me formar em uma instituição pública. Agradeço de maneira muito especial a minha mãe, pelo espírito libertário que me educou, o amor, a confiança e o apoio que nunca deixou faltar. Agradeço com muito carinho ao meu pai e minha irmã, sempre presentes e agentes direto de minha formação, com afetividade e amor. Agradeço a vovó Lila, aos meus avós, que infelizmente nos deixaram, o exemplo deles guardo comigo. Agradeço a meu padrinho, minha madrinha, a tia Rô, ao tio Hilário, Nane e Vâ. Agradeço aos meus muito especiais amigos; Pietro, Caio, Felipe, e toda a galera da Vilompa, que sempre estiveram comigo, dando risadas nos momentos felizes e abraços nos momentos difíceis.

Não poderia deixar de agradecer a Alessandra, minha namorada que me dá muito carinho, amor, alegrias e engrandecimento; a minha muito especial amiga Carolzinha, o animalzinho Léo (Du), ao Neb, Mateus (Negão), Mineiro, Câmila. Um agradecimento muito especial devo também aos meus queridos amigos de república: Léo (Pardal), Zé, Harry, Gody, Marcus, Sandrão, João, Edilson e Gatão. República essa que muitas histórias deixou. Agradeço também a todos os companheiros do movimento estudantil, da ITCP, dos movimentos sociais, e minha querida família do Estágio de Vivência.

Agradeço as orientações do professor Sérgio Nunes (UFF), imprescindíveis para a execução desse trabalho. Como não poderiam deixar de ser, agradeço também aos professores que marcaram minha formação, em especial o Léo Civalé, Isabel e Eduardo, que me ensinaram que o motor propulsor da atividade intelectual é a vontade de transformação. Agradeço também aos homens e mulheres que batalham por um Brasil melhor, mais justo, libertário e igualitário; aos grandes intérpretes do Brasil, aos quais somo minha singela contribuição.

Infelizmente, não é possível citar aqui todos aqueles aos quais devo agradecimentos, todavia sintam-se agradecidos.

Um pouco de cada um desses que fizeram parte de minha história carrego comigo, com muito carinho.

## Sumário

1.Introdução.....	01
2.: Ideologias Geográficas.....	07
2.1 Sobre a ideologia.....	07
2.2 Sobre o “geográfico”.....	10
2.3 Ideologias geográficas.....	13
3. Ideologias geográficas e o discurso do Ministério do Interior.....	15
3.1 O contexto.....	15
3.2 O discurso do Ministério do Interior.....	28
3.3 Ideologias Geográficas e o discurso do Ministério do Interior.....	38
4. Considerações finais.....	43
5. Bibliografia documental.....	45
6. Referências Bibliográficas.....	47
7. Anexo.....	49

## 1. Introdução

A história do pensamento geográfico no Brasil é um tema ainda muito pouco explorado pela historiografia dessa ciência. Diversas lacunas se apresentam na compreensão do desenvolvimento desse pensamento no Brasil, tais como os sujeitos envolvidos, suas intenções políticas e suas ideologias correspondentes.

As publicações referentes ao tema indicam a transcendência deste sobre o nível institucional da geografia. A geografia brasileira se institucionalizou somente durante a década de 1930, quando, entre outros fatores, foram criados os cursos de nível superior em São Paulo e no Rio de Janeiro (antigo Distrito Federal), fundou-se a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), e se concretizou como disciplina escolar (MORAES, 1991). Porém, antes e após a sua institucionalização, é possível se identificar idéias relativas ao temário geográfico no pensamento social e no debate político brasileiro (Idem; MACHADO, 2002; 2000).

Cabe aqui destacar a diferença entre geografia enquanto disciplina acadêmica e pensamento geográfico, como ressalta Moraes (1985). O primeiro se trata de um campo disciplinar particular, uma comunidade científica com instituições específicas, já o segundo, mais abrangente, se trata da amplitude de todo aquele pensamento que se refere àquilo que hoje concebemos como geográfico, inclusive a própria Geografia. A partir dessa noção de pensamento geográfico, podemos conceber a sua história como mais ampla do que os limites institucionais da disciplina, envolvendo diversas instituições e sujeitos nesse processo.

Essa amplitude abrange também discursos compostos “organicamente”, ou seja, por uma entidade ou uma organização coletiva qualquer que carregue em si uma intencionalidade e um sentido político.

Em Moraes (2005a) é apresentado que o pensamento geográfico é necessariamente carregado de tensões e de conflitos decorrentes do movimento político da sociedade, ou seja, imbricados diretamente nas relações de poder e disputas presentes na prática social.

Segundo esse autor, toda sociedade, todo grupo e todo indivíduo social carrega consigo uma maneira de representação do espaço. É decorrente dessa representação que estes mesmos projetam suas respectivas intervenções materiais no espaço. Isso significa que uma determinada concepção espacial implicará em uma determinada prática espacial. Dessa forma, a representação do espaço denota-se política, por estar inserida

diretamente na sua produção material, e na disputa da consciência, que é uma disputa de hegemonia<sup>1</sup> entre os grupos sociais.

A esses discursos imbricados na disputa hegemônica de consciência, que carrega em si uma intencionalidade política, que parte de uma entidade “orgânica”, e se fundamenta em aspectos geográficos que o autor vai chamar de *ideologias geográficas* (Ibid).

O Estado, enquanto uma entidade política, é também um grande propagador e produtor de *ideologias geográficas*. Por diversos momentos o aparelho estatal elaborou políticas e assumiu posturas fundamentadas em concepções relativas ao pensamento geográfico de forma ideológica, com intenções definidas.

No caso particular de países ex-colônias, assim como o Brasil, as *ideologias geográficas* desempenham papel de destaque ao longo de toda sua história. De início, o próprio fato da colonização atina para a relevância que a ocupação espacial desempenhou na formulação dos mesmos enquanto país, já que essa dimensão foi central, haja visto que a colonização foi uma dominação de espaços (Idem, 2005b). Todavia, a construção ideológica de aspectos relacionados ao temário geográfico não se limita ao período colonial da história brasileira, em todo o processo histórico brasileiro se evidenciam discursos fundamentados nesses termos para se construir a idéia de uma nação, de um destino em comum, que legitime uma ação em benefício de uma classe ou grupo específico (Ibid).

Um momento singular da história brasileira, que apresenta em seu discurso muito fundamento geográfico, foi o período instalado após o golpe militar de 1964. Aqui, a construção ideológica se fez latente diante da ausência de uma legitimidade social e política para o governo. Vários desses aspectos ideológicos se aproximam do temário geográfico, como a integração do território nacional, a superação das desigualdades regionais, o ufanismo pela grandeza do território, entre tantos outros. Todo esse discurso ideológico esteve presente em diversos órgãos e departamentos do governo, em especial destaque ao Ministério do Interior (MINTER).

O MINTER foi criado em 1967, através do decreto-lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967, e extinto em 1990, através da Lei nº 8.028, de 12 de abril (MINISTÉRIO DA

---

<sup>1</sup> O conceito de hegemonia aqui utilizado será fundamentado na concepção Gramscianiana, que se caracteriza por uma situação de dominação de classe através de uma dominação das condições materiais de produção, e também, das condições intelectuais, que ‘universalizam’ os interesses da classe dirigente: “O aspecto essencial da hegemonia da classe dirigente reside em seu monopólio intelectual, isto é: na atração que seus próprios representantes suscitam nas demais camadas de intelectuais” (PORTELLI, 1977. p. 65)

INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2007). Localizado dentro do setor econômico da estrutura governamental, dispunha das seguintes atribuições:

I - Desenvolvimento regional.

II - Radicação de populações, ocupação do território. Migrações internas.

III - Territórios federais.

IV - Saneamento básico.

V - Beneficiamento de áreas e obras de proteção contra secas e inundações. Irrigação.

VI - Assistência às populações atingidas pelas calamidades públicas.

VII - Assistência ao índio.

VIII - Assistência aos Municípios.

IX - Programa nacional de habitação. (REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1967)

Foi no âmbito do MINTER que diversos projetos governamentais foram concretizados, tais como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a Superintendência de desenvolvimento do Sudeste (SUDENE), e também órgãos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Programa de Integração Nacional (PIN), Programa de redistribuição de Terras (PROTERRA); foram efetivados ou através ou com o acompanhamento desse Ministério.

Diante dessas atribuições, de seu significado para o aparelho estatal, e do contexto de um governo autoritário que o criou, ele se apresenta como uma possível fonte relevante de algumas dessas *ideologias geográficas* presentes na formação territorial brasileira, sendo a investigação de seus documentos e publicações uma forma privilegiada de se identifica-las.

Uma dessas publicações foi a revista *Interior*. Esta era uma publicação bimestral cuja primeira edição data de dezembro de 1974, que tinha como objetivo central, nos dizeres do então Diretor Responsável, senhor Orlando de Almeida e Albuquerque, era o de promover o conhecimento sobre o Brasil, a fim de desvendar seus mistérios e

desafios rumo ao “desenvolvimento” (Interior, dez. de 1974), ou, com suas próprias palavras no editorial da primeira edição da revista:

Esta, pois, a razão primeira e maior da Revista do Ministério do Interior, publicação que nasce da proposição de levar a todos os escalões do País, sejam eles territoriais, administrativos, sociais, profissionais, empresariais, políticos ou estudantis, um conhecimento razoável do grande problema que é este Brasil, das soluções que ele requer e do esforço que elas exigem e, em todo esse quadro, oferecer aos diversos níveis de público visão equilibrada das principais políticas que compõe o escopo delegado pelo Governo ao Ministério do Interior, obrigando-nos a um texto objetivo, que seja um código estável para os registros, avaliações e progressivas conclusões. (INTERIOR, dez. de 1974)

Dessa forma, o presente trabalho se desenvolverá em torno da questão da existência ou não dessas *Ideologias Geográficas* na consubstanciação do discurso do MINTER, representado pela revista *Interior*. Acreditamos que o conteúdo de tal revista possa de fato representar esse discurso de maneira fidedigna, em função das atribuições as quais essa foi determinada.

Assim sendo, com o trabalho aqui desenvolvido pretendemos contribuir primeiramente, com um exemplo de elucidação dos sentidos políticos que os discursos estatais compostos por *ideologias geográficas* assumem no contexto brasileiro, e, em segundo lugar, contribuir à somatória de esforços coletivos em se resgatar a história do pensamento geográfico brasileiro, de forma sólida, contundente e eficaz na contextualização da *práxis* geográfica.

Tais objetivos se justificam na possibilidade de um avanço na compreensão da realidade instituída pelos discursos ideológicos geográficos no passado, assim como seus resquícios e similaridades no presente, servindo em favor da construção de um pensamento geográfico coerente, de embasamento teórico correspondente a realidade, e comprometido com a transformação social.

Para se atingir os objetivos delineados, traçamos um procedimento metodológico dividido em três etapas: seleção e divisão da amostra; contextualização política, econômica e social; e, por fim, a análise da amostragem segundo o conceito *de ideologias geográficas*.

Na primeira etapa, utilizando-se da noção de temário geográfico desenvolvido no item 1.2 do presente trabalho, fizemos uma delimitação temporal do objeto em análise. Devido ao prazo reduzido para o desenvolvimento da pesquisa, optamos por limitar em 20 edições da revista *Interior* a base de fonte de dados, da primeira em dezembro de

1974 a vigésima, em novembro-dezembro de 1977. Dessa forma, apesar de prejudicado, acreditamos ser essa base, de forma geral, representativa dos fundamentos do pensamento predominante no MINTER.

Delimitada a base de fonte dos dados (o universo populacional), o seguinte passo foi defrontar o temário geográfico com as atribuições legais do MINTER, a fim de se estabelecer critérios para a seleção da amostragem. Os critérios eleitos ficaram da seguinte maneira: 1) desenvolvimento e desequilíbrios regional; 2) integração nacional e ocupação do território; 3) migrações e vazios demográficos; 4) combate às secas. Dessa forma, acreditamos compreender os conteúdos desenvolvidos na revista mais pertinentes ao temário geográfico.

Essa definição em agrupamentos facilitou a identificação dos conteúdos nas matérias pertinentes à pesquisa, além de servir também como subgrupos para se proceder a segunda etapa metodológica. A partir de então a totalidade da população de dados foi analisada e as matérias julgadas pertinentes agrupadas.<sup>2</sup> Temos então a primeira etapa metodológica cumprida.

A segunda etapa tratou-se de uma revisão bibliográfica de textos que tratem dos processos em ocorrência ao longo do período delimitado (do final da década de 1960 a 80), e que tenham relação direta com os temas selecionados para os agrupamentos anteriormente definidos.

Sobre as políticas adotadas em relação ao desenvolvimento regional, realizou-se uma leitura da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), já que foram as mais significativas políticas adotadas nesse sentido. Sobre a primeira, foram adotados os seguintes autores: Guimarães Neto (1999) e Oliveira (1981), e sobre a segunda foram Ferreira (1999) e Mahar (1978). Em ambos os casos os artigos selecionados foram em função de seus conteúdos que correspondem a uma abordagem dos respectivos programas, avaliando suas motivações e seus resultados sociais e econômicos.

Em relação a integração nacional, ocupação do território e migrações; a bibliografia utilizada como base foi Ianni (1979), além de Cardoso e Muller (1977). O primeiro se fundamenta em uma análise bastante aprofundada das características dos diferentes movimentos migratórios ocorridos, atrelados a uma determinada concepção

---

<sup>2</sup> Ver em anexo as tabelas com os agrupamentos compostos com os títulos, número da edição e ano de publicação de cada matéria selecionada.

de “ocupação do território”. Já o segundo foi escolhido devido a abordagem mais específica em relação a estrutura legal do processo de “integração nacional”.

Em relação às políticas de combate as secas, nos embasa o estudo de Manuel Correia de Andrade (1983) sobre os significados, os sujeitos e os interesses que nortearam tais políticas.

A terceira etapa foi a propriamente analítica, aqui a amostragem delimitada foi examinada com base no conceito de *ideologias geográficas*. Realizou-se uma leitura sistemática de destacamento dos elementos de composição do discurso que correspondessem ao temário geográfico, para depois relacionar estes a idéias mais amplas e interesses específicos, para então, por fim, identificar se estas corresponderam ou não ao processo social realmente em curso.

## 2. Ideologias Geográficas

### 2.1 Sobre a ideologia

Ponto fundamental para a compreensão do tema aqui abordado, e do desenvolvimento de todo o presente texto, é uma definição do conceito de *ideologias geográficas*. Para tanto, se faz necessária antes uma definição do conceito de ideologia. Um grande infortúnio se apresenta logo de partida no que se refere a esse debate; o termo ideologia envolve uma série de definições, muitas vezes conflitantes entre si. Diante disso, fez-se necessário aqui optar por uma corrente específica. Optamos então pelo marxismo por acreditarmos que, de certa maneira, essa linha de pensamento foi a que mais avançou na definição precisa do termo enquanto um conceito.

Marx e Engels (1993), ao analisarem a filosofia alemã neohegeliana do ponto de vista da ideologia, retomam este conceito a partir de seu sentido estabelecido por Napoleão Bonaparte, se referindo a alguns filósofos enciclopedistas franceses que se opunham ao seu regime. Dizia Napoleão que estes filósofos eram metafísicos, apegados a idéias abstratas, sem correspondência com o “real”. Marx e Engels então retomam este conceito com uma noção de “falsa consciência” (LÖWY, 1995).

Chauí (1980), ao elaborar uma construção do conceito de ideologia baseado em pressupostos marxistas, diz que esse fenômeno reside nas relações materiais de produção e reprodução dos homens através da divisão social do trabalho. Segundo ela, no sistema capitalista as relações de produção são marcadas pela alienação do trabalhador em relação àquilo que produz e que consome. Esta alienação, por sua vez, se materializa no fetiche da mercadoria, ou seja, na concepção do produto pelo produto, e não pelo processo de sua produção. Daí então se depreende que as relações sociais são concebidas como relações entre mercadorias, e não mais entre homens, o produto é tomado como o sujeito e o sujeito como o produto, os papéis se invertem:

Com efeito, o trabalhador passa a ser uma coisa denominada força de trabalho que recebe uma outra coisa chamada salário. O produto trabalho passa a ser uma coisa chamada mercadoria que possui uma outra coisa, isto é, um preço. O proprietário das condições de trabalho e dos produtos do trabalho passa a ser uma coisa chamada capital, que possui uma outra coisa, a capacidade de ter lucros. Desaparecem os seres humanos, ou melhor, eles existem sob a forma de coisas. (CHAUÍ, 1980. p. 58)

Como condição fundamental deste sistema alienado de relações, estaria a relação antagônica entre classes, como seu próprio motor, pois na divisão social do trabalho existe a classe dos possuidores e dos despossuídos dos meios de produção. Outro aspecto fundamental da divisão entre classes reside na divisão entre trabalho manual e intelectual. Na sociedade capitalista, o trabalho intelectual competiria à classe burguesa, enquanto o trabalho material ao proletariado.

A manutenção desse sistema de desigualdades só seria possível em função do trabalho do intelectual burguês, que trata de “universalizar” os interesses específicos de sua classe como interesses comuns, maquiando o regime de desigualdades construindo uma idéia da sociedade como um todo uno, sem distinção de classes. Essas idéias “universalizadas”, frutos da relação alienada entre as classes sociais, e que se fundamentam exclusivamente na idéia e não no concreto (a sociedade tomada abstratamente como um todo, e não em sua feição real de contradição entre classes) que a autora chama de ideologia na sociedade burguesa. Lembrando que este conceito remete necessariamente a uma condição de dominação, neste sentido não existiria uma ideologia da classe dominada.

A função da ideologia é a de apagar as diferenças como a de classes e de fornecer aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, como, por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Igualdade, a Nação, ou o Estado. (Ibid. p. 114)

Mannheim (1986), promove um avanço em relação ao uso do conceito de ideologia, debruçando-se dialeticamente em uma análise do processo de sua formação, passando pela crítica dos diferentes significados a ele atribuídos, e em seguida propondo uma noção do conceito bastante densa.

Segundo este autor, este conceito foi historicamente utilizado por diferentes grupos sociais e intelectuais, resultando em diversos significados, que, de forma geral, tinham em comum a concepção de ser idéia equivocada, não fundamentada na realidade. Para ele, estas diversas abordagens pecavam por diversos pressupostos insustentáveis. Algumas abordagens, por exemplo, ao conceber uma idéia como não fundamentada no real, se baseavam em uma noção de realidade metafísica, como algo pré-estabelecido, independente de qualquer juízo.

Do conflito entre as diversas perspectivas, o que se obteve foi a evidência das fragilidades e dos pontos-fortes de cada uma. Dessa forma, como uma síntese histórica, o autor constrói uma noção de *ideologia total genérica*. A ideologia total corresponderia

a uma análise de todo o sistema de pensamento, e não só a partes específicas de conteúdo, como é o caso da ideologia particular; e seria genérica por apreender a ideologia como componente de todo o universo das idéias (inclusive a própria) e não simplesmente das idéias do opositor.

Diante desta situação, Mannheim (op. cit.) propõe um conceito de ideologia que fundamentasse a análise na correspondência das idéias a situações sociais específicas e concretas, tomando como critério do real o sistema de idéias mais amplo prevalente. Desta forma, o critério de verdade seria definido não como um absoluto estático, mas sim como um elemento dinâmico, mutável e determinado pelo conjunto de instituições sociais, valores, e as demais regras de sociabilidade. O ideológico seria assim aquela idéia que correspondeu a uma determinada situação social já ultrapassada, que não mais existe, sendo assim um resquício da tradição mantido por grupos sociais em função de seus interesses, e que não mais servem para a interpretação do presente momento histórico.

Uma teoria será portanto errada se, em uma dada situação prática, usar conceitos e categorias que, utilizados, impediriam o homem de se adaptar àquele estágio histórico. Normas, modos de pensamento e teorias antiquados e inexplicáveis tendem a degenerar em ideologias, cuja função consiste em ocultar o real significado da conduta, ao invés de revelá-lo. (MANNHEIM, 1986. p. 121)

É relevante destacar que Mannheim (op. cit.) diferencia ideologia de utopia. Ambas seriam formas de interpretação que não condizem com o real, o concreto em determinado momento histórico, porém, enquanto a primeira seria ofuscada pelas tradições conservadas, a segunda seria ofuscada por uma perspectiva de futuro, um “vir a ser”, mas que ainda não é. Em função desta distinção que o autor classifica a ideologia como necessariamente conservadora. Assim sendo, caberia ao pensamento comprometido com o real submeter seus pressupostos a crítica, jamais se apegando incondicionalmente a um ponto de vista específico, e desta forma se construir dialeticamente.

A partir do debate apresentado, temos então como norte da análise a noção de ideologia como: a) advêm de uma situação de conflito entre distintos grupos sociais por hegemonia; b) um modo de pensamento, no qual, consciente ou inconscientemente, as idéias não correspondem ao contexto social concreto, ou seja, os valores, as instituições sociais e os padrões de sociabilidade vigentes; c) correspondem exclusivamente as idéias conservadoras, advindas da tradição enquanto resquício de um período histórico

ultrapassado, não tendo então utilidade como instrumento de interpretação do presente concreto; d) objetiva, justamente por se fundamentar no abstrato, criar “consensos”, idéias apresentadas como interesse universal, sem vinculação alguma com qualquer grupo ou classe social.

## 2.2 Sobre o “geográfico”

Como apontado anteriormente, trabalhamos aqui com a noção de pensamento geográfico (MORAES, 2005a; 2005b; 1985), o que torna a compreensão do geográfico como algo relativo ao que hoje se concebe como campo de estudos da geografia enquanto disciplina. Por isso é necessária uma abordagem, mesmo que restrita em função das limitações impostas pela natureza do presente trabalho, sobre o acirrado debate acerca do objeto e dos métodos que caracterizam a geografia, discutidos no âmbito da própria disciplina. No entanto, esse debate se apresenta de maneira bastante difusa, o que nos levou a optar por uma corrente específica, a da chamada geografia crítica e seus desdobramentos.

Milton Santos (2002) esmiúça a deficiência epistemológica, as fragilidades e pobreza teóricas, o caráter ideológico e o compromisso político-conservador que a geografia sofria. O autor apresenta a forma pela qual tudo isto acarretou em um distanciamento desta disciplina com o que, segundo ele, seria o objeto propriamente geográfico, o espaço. A partir desta análise, ele apresenta uma fundamentação teórica para defender ser o espaço uma instância eminentemente social, e, daí então, partir para uma elaboração de alguns apontamentos para a consolidação de uma base epistemológica e teórica para uma geografia nova, como, por exemplo, o conceito de *formação sócio-espacial*. Esse seria então o percurso da “crítica da geografia a uma geografia crítica”, como indica o título da obra.

Tal concepção concede ao espaço um caráter central na geografia, conceito esse que ele define da seguinte maneira:

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de

processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares (SANTOS, 2002. p.153)

Em obra posterior (Idem, 2004), o mesmo autor elabora em relação ao espaço uma teoria mais completa. Aqui, de maneira geral, ele define o espaço como uma acumulação desigual de tempos, no qual o tempo-espaço se efetivaria através do intermédio da técnica. Desta forma, o espaço se efetivaria enquanto instância social como uma *forma-conteúdo*, uma *inércia dinâmica*, um *sistema de objetos e sistema de ações*. Em síntese, podemos afirmar que no conjunto de sua obra, Milton Santos define a geografia fundamentalmente como o estudo do espaço através de suas formas e das ações que lhes dão significado, chegando até a corresponder tal disciplina a uma *espaciologia* (Ibid).

Partindo desse pressuposto do espaço, ele define a atribuição do geógrafo da seguinte maneira:

Para os geógrafos, os objetos são tudo o que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou. Os objetos são esse extenso, essa objetividade, isso que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida, em ambos os casos uma exterioridade. (SANTOS, 2004. p. 73)

Moraes e Costa (1999), se propõem a elaboração de um objeto da geografia. De início, ao analisar as diferentes concepções apresentadas ao longo da história do pensamento geográfico, os autores apontam um campo temático em comum a todos esses, a abordagem espacial:

O enfoque espacial, colado à dimensão terrestre dos eventos estudados, é a característica recorrente das distintas Geografias, que delimita um campo temático genérico para tal ciência. É esse universo que vem sendo trabalhado historicamente pelos geógrafos, tanto a nível dos estudos empíricos quanto no plano teórico abstrato da formulação do objeto geográfico (MORAES ; COSTA, 1999. p.22-23)

Porém, a definição do campo temático não significa a definição do objeto de uma disciplina. O tema seria o ponto de partida a ser trabalhado teoricamente, a luz de um método, e assim vir a se tornar um objeto que articule o campo disciplinar em torno de si. Ou seja, a definição de uma disciplina depende de seu objeto, que, por sua vez, depende de um universo temático lapidado através de um método. Dessa maneira os

autores partem para a construção de um objeto geográfico a partir de um método marxista.

Gomes (2000) analisa os diferentes objetos e metodologias assumidas pela geografia ao longo de sua história. Para tanto, ele parte do pressuposto de dois pólos epistemológicos que caracterizam a modernidade: o racionalista e as contracorrentes. Desta forma, por estar o pensamento geográfico estritamente envolvido no decurso da modernidade, estas duas correntes se articulam de diferentes maneiras na definição dos seus objetos e métodos.

Antes mesmo da geografia moderna, o pensamento geográfico da filosofia grega clássica já apresentava os dois pólos epistemológicos da modernidade, figurados através de Estrabão e Ptolomeu<sup>3</sup>. O primeiro adotava um modelo corográfico, de descrição regional, muito utilizado no período renascentista pelos viajantes; enquanto o segundo, por sua vez, adotava um modelo cosmográfico, geral, cartográfico, matemático, de representação das continuidades e descontinuidades da Terra. Assim como esta dualidade, muitas outras, segundo o autor, perduram sobre a história do pensamento geográfico como: “[...] *explicativa/compreensiva; sistemática/do particular; objetiva/subjetiva; da forma/do conteúdo; moderna/tradicional.*” (GOMES, 2000. p.339).

Assim sendo, o autor atribui a uma dinâmica característica da própria modernidade as sucessivas crises que marcaram o desenrolar histórico do pensamento geográfico, tendo sempre como eixo central as mesmas dualidades, defendendo assim que estas marcam de maneira geral todo esse pensamento em sua face moderna.

A partir do exposto, partimos para a definição do que aqui se conceberá como geográfico. Em primeiro lugar, o conceberemos como àquilo pertinente ao temário explorado por essa disciplina o longo de sua história em sua faceta moderna, sem nos apegarmos a definição mais restrita do seu objeto, o espaço em si. Para este temário, por sua vez, será aqui utilizada a definição de Moraes (2005a):

- As explanações sobre a relação entre a sociedade e a natureza e a sociedade e o espaço, em diferentes escalas, constituem um primeiro exemplo [...]
- Os discursos acerca da mobilidade populacional no espaço, os assentamentos e as migrações, podem definir uma outra classe de temas. A temática da relação cidade-campo e da urbanização teriam relevo nesse tópico [...]

---

<sup>3</sup> Apesar da manifestação desses dois pólos, cabe ressaltar que, na ocasião dos autores em questão, não se tinha uma concepção dicotomizada desses pólos, ao contrário, o que se buscava era uma visão integradora, diferentemente de sua manifestação na epísteme moderna.

- As obras de descrição de áreas também participam do campo de interesse. A formação das identidades locais e regionais pode ser bem rastreada nessa temática [...]
- E, 'last but not least', os escritos que diretamente tematizam o território, sua organização, sua gestão, sua transformação, suas contradições. (p.34)

### **2.3 Ideologias geográficas**

Segundo Moraes (2005a), toda sociedade e todo grupo social contém intrinsecamente uma “consciência” do espaço, ou seja, elabora no âmbito da cultura um pensamento geográfico. Essa consciência é na realidade a forma pela qual os indivíduos compreendem o espaço no qual estão inseridos e projetam suas ações de intervenção material no próprio espaço.

Diante de tal fato, se tem a evidência de que é a consciência do espaço de qualquer sujeito social que determinará sua prática espacial, sua produção material e simbólica do espaço, o que dá a esta consciência uma relevância política. Disputar a hegemonia da maneira pela qual os indivíduos sociais percebem o espaço geográfico envolto significa disputar uma hegemonia política. Posto dessa forma, se tem que as representações e apreensões relativas ao espaço estão envolvidas estrategicamente como protagonistas dos conflitos existentes entre diversos grupos e classes sociais.

Diante da posição estratégica que significa ser hegemônico em relação à consciência espacial dentro dos conflitos sociais, os mais diversos agentes desses conflitos se organizam de diferentes formas (menos ou mais eficazes, de acordo com as possibilidades técnicas e políticas) em torno dessa disputa. Criam-se então discursos “orgânicos” veiculados por uma camada social organizada para se universalizar a consciência espacial a qual lhe apeteça. Essas veiculações dos discursos, por sua vez, também ocorrem das mais diversas formas, de acordo com as disponibilidades e possibilidades do sujeito. É justamente a disputa de consciência que a ideologia protagoniza.

Ao definirmos a disputa da consciência em geral travada através de ideologias ou utopias, temos então que a disputa pela consciência espacial, ou seja, a percepção dos sujeitos em relação ao espaço no qual estão envolvidos e pela qual projetam suas ações, se trava através de utopias ou *ideologias geográficas*.

As *ideologias geográficas* então, na noção aqui utilizada, se caracteriza pela construção de um “consenso” em torno de uma idéia central, que por sua vez corresponde a um momento histórico já superado, mas que ainda se mantém como herança, na forma de tradição, em função de interesses específicos de um grupo social particular, na disputa da conservação destes interesses. Além disto, são as *ideologias geográficas* aqueles discursos veiculados por uma entidade coletiva, “orgânica”:

Assim, aquelas formulações e debates que mais diretamente apontarem para a construção do espaço, e de sua imagem coletiva, deverão ser priorizados. Tendo, todavia, o cuidado em não perder a sutileza do movimento dos fenômenos atinentes ao universo da cultura. A estes discursos mais ‘orgânicos’ (no sentido gramsciano) poder-se-ia denominar de *ideologias geográficas*. (MORAES, 2005a. p.35)

### **3. Ideologias geográficas e o discurso do Ministério do Interior**

#### **3.1 O contexto**

Para a compreensão da conjuntura social vigente, um aspecto de extrema relevância é a contextualização da vigência do governo do Estado, haja visto que este se insere de forma fundamental na dinâmica social, como fonte das decisões centrais em todos os aspectos de um país. Como antes referido, o período histórico brasileiro do surgimento do MINTER se caracteriza por um governo militar, instaurado após o golpe de Estado efetivado em março de 1964.

Este golpe de Estado, segundo Oliveira (1981), representou a “superação” de um “impasse” (na verdade um conflito social) entre classes contraditórias sendo de um lado a burguesia e do outro o proletariado e o campesinato, o que já, teoricamente, aponta os sujeitos sociais protagonistas deste processo. Esse “impasse” seria decorrente de um processo contraditório dentro do território nacional, onde simultaneamente acontece um movimento de centralização do capital e resignificação do papel do Estado na região que o autor chama de Centro-Sul, e uma ascensão dos movimentos populares no Nordeste. Ele mesmo retoma as faces de processo.

De início, o autor traça o movimento que ele denomina de centralização do capital, monopolização, ou oligopolização. Segundo ele, o Brasil viveu das décadas de 1930 a 60 um processo de industrialização, porém, na última década (mais particularmente de meados para o fim da última década), viveu-se por aqui a expansão dos setores industrializados através de capital internacional. Esse capital trouxe consigo um modelo de concentração, no qual a competitividade faz da máxima exploração de lucro um aspecto fundamental de sobrevivência. Dessa forma, o intuito do lucro passa a comandar todas as esferas da sociabilidade, inclusive o Estado.

O Estado se abstém da função de provedor, e assume a função de produtor de lucro, se tornando mais um ente da centralização do capital, e, até mesmo, ao papel de próprio financiador deste processo, através da conversão do Tesouro Público em crédito para a iniciativa privada. Oliveira (op. cit) atribui o protagonismo deste processo às burguesias nacionais e internacionais associadas.

Assiste-se no Brasil, concretamente, à própria transformação do Estado: este criará ou utilizará o imposto como crédito para financiar o movimento de centralização dos capitais, recusará sua utilização como gasto improdutivo, e lançar-se-á em esfera produtiva,

transformando o caráter de sua intervenção de simples agente técnico da divisão do trabalho para a de um agente da divisão social do trabalho. (p. 102)

Simultaneamente a este processo, a partir da década de 1950, o Brasil assiste também a ascensão dos movimentos populares no Nordeste e a decadência da burguesia industrial nordestina. Este movimento nordestino passa a ser antagônico ao movimento centralizador do Centro-Sul em três esferas: a) a função atribuída ao Estado, que, enquanto os segundos preconizavam um Estado produtivista, os primeiros evocavam um Estado provedor; b) a valorização da força de trabalho, que para os segundos seria necessário a exploração máxima através da precarização para conversão maior de mais-valia, e os primeiros viviam um momento de fortalecimento das condições trabalhistas; c) e, no campo da superestrutura, os primeiros viviam uma educação e cultura utilitaristas, e os segundos uma educação popular conscientizadora e uma valorização da cultura popular.

Temos então que o golpe de 1964 foi na realidade o ponto culminante da “superação” de um conflito, que, ao nosso ver, foi ao mesmo tempo entre classes e grupos sociais, já que diversos grupos compunham aquilo que Francisco de Oliveira chamou de classes, mas, de toda forma, tinham em comum uma relação entre dominados e dominadores<sup>4</sup>. Os grupos populares foram cooptados por alguns empregos ou programas assistencialistas, ou senão coibidos politicamente, em muitas vezes através da violência; a tradicional oligarquia nordestina entrou em agudo processo de decadência política e econômica, os que se mantiveram o fizeram por associação com os setores representados pelo capital oligopolista do Centro-sul, esses sim, grandes beneficiados pela maneira a qual esse conflito foi “superado”. Temos então, em outras palavras, que essa “superação” foi na verdade a reafirmação da subordinação dos grupos dominados em relação aos grupos dominadores, principalmente para o capital centralizador do Centro-Sul.

A partir de então, as políticas governamentais seguiram diversas linhas estabelecidas como prioritárias, tais como a segurança nacional, a integração econômica e a ocupação do território nacional, o desenvolvimento, a superação das desigualdades

---

<sup>4</sup> Existe uma ampla polêmica em relação ao uso de classes ou grupos sociais como categoria de análise dentro das ciências sociais como um todo. Conjugamos da concepção de que existem de fato classes sociais em conflito, porém acreditamos que a realidade social seja mais complexa, envolvendo também grupos sociais distintos. Por isso, no decorrer do presente trabalho utilizaremos o termo grupos, sem no entanto ignorar a realidade das classes.

regionais, entre outras. Aqui nos apegaremos a uma elucidação das políticas adotadas em relação direta com a superação das desigualdades regionais, a integração nacional, os movimentos migratórios, e a política contra as secas.

Em relação as desigualdades regionais, as políticas de maior destaque, devido a amplitude dos recursos públicos mobilizados, a magnitude das ações, e o destaque dado pelo próprio governo, foram a SUDENE e a SUDAM.

Guimarães Neto (1999), se propõe a desenvolver uma interpretação da SUDENE enquanto política de planejamento regional, contextualizada nos percursos da prática mais ampla de planejamento estatal, e nos embates políticos nos quais esteve inserida. Segundo ele, a SUDENE é criada baseada nas formulações do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), liderado por Celso Furtado, nos primeiros anos da década de 1960 com uma proposta de desenvolvimento industrial, políticas de desconcentração de renda e desenvolvimento social.

A partir dessas formulações, esse órgão é criado para dar conta de superar as nítidas desigualdades regionais no Brasil após o processo de industrialização ocorrido durante a década de 1950. Diante desta situação de desigualdades, não só entre as regiões, mas também (e principalmente) dentro do próprio Nordeste, passa a existir uma forte pressão popular de movimentos sociais nesta região por mudanças estruturais, que superem a simples assistência aos atingidos pelas secas. Como resposta a essas reivindicações, temeroso em relação a uma possível atitude subversiva e revolucionária das camadas populares, e seguindo o exemplo do recente “Plano de Metas”, o Estado intervêm na forma de planejamento regional. Oliveira (op. cit), mais contundente no que se refere as intenções de controle social por detrás da SUDENE, defende que esta seria uma maneira do capital centralizador oligopólico do Centro-Sul expandir sobre o Nordeste, ampliando sua área de atuação e controle produtivo, se utilizando de dinheiro público através de isenções fiscais e demais vantagens oferecidas, e também para exercer um controle direto na situação social.

Colocado nessas condições, o conflito de classes que aparece sob as roupagens de conflitos regionais ou ‘desequilíbrios regionais’ chegará a uma exacerbação cujo resultado mais imediato é a intervenção ‘planejada’ do Estado no Nordeste, ou a SUDENE. (Ibid. p.113)

Diante do conflito social apresentado, a SUDENE, até 1964, teve diversas mudanças de rumo conforme a configuração da correlação de forças políticas. Em 1964, como antes dito, o golpe militar, representou a vitória das forças hegemônicas do

Centro-Sul, a decadência de grande parte da tradicional oligarquia nordestina, e a derrocada dos movimentos populares; consolidando a expansão do capitalismo monopolista para todo o Brasil (no Nordeste por via da SUDENE). A partir de então, a concepção de atuação da SUDENE estava bem definida, em compatibilidade com a nova função do Estado, sob jurisdição principal do MINTER. A economia nordestina não mais seria regional, e sim integrada nacionalmente a um sistema de divisão nacional do trabalho. Esse fato teria representado uma perda enorme para os(as) trabalhadores(as) de todo o Brasil, não só do Nordeste; o declínio total das elites regionais nordestinas; e a homogeneização, a escala territorial, da burguesia nacional e internacional.

O período após a década de 1960 teve de fato um crescimento acelerado da economia nordestina, até mesmo em relação a participação da região no total do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, e, apesar de ser difícil de se estimar precisamente, certamente a política da SUDENE teve papel fundamental para isso. Ocorreu de fato uma dinamização de todos os setores econômicos da região.

[...] de acordo com estimativas da SUDENE, se em 1960 a participação do produto interno bruto *per capita* do Nordeste no produto interno bruto por habitante do país era de 41,9%, ele passa para 40,9% em 1970, 44,7% em 1980, 59,1% em 1990 e 54,1% em 1996. Relativamente à relação do produto interno bruto total do Nordeste com o produto interno do Brasil, a média de participação dos anos 1965-1970 era de 12,4%, a de 1970-1980 alcançava 12,5%, a de 1980-1990 era de 15,9%, ainda de acordo com as estimativas da SUDENE. (GUIMARÃES NETO, op. cit. p. 243)).

Todavia, esse crescimento econômico não se realizou através da participação popular, ao contrário, beneficiou os capitais concentrados internacionais e do Centro-Sul, e tudo isso sob a tutela do Estado. A indústria que surge no Nordeste é predominantemente de capital externo a região, assumindo, o capital nordestino, apenas dois quintos do capital total (Ibid). Assim como os resultados sociais não foram nem próximos de positivos, e muito pouco alteraram as condições sociais desiguais e precárias, ao contrário, os índices de concentração de renda cresceram progressivamente (Ibid).

Dessa forma, apesar da SUDENE ter como proposta inicial as formulações do GTDN de desenvolvimento social e distribuição de renda, ela sofreu severas mudanças durante o período militar em função da correlação de forças políticas, que comprometeram de forma fatal a realização desses projetos. O desenvolvimento

regional passou a ser entendido por critérios estritamente economicistas, sendo o âmbito social relegado a marginalização (além de outros fatores que, segundo Guimarães Neto (op. cit), provocaram uma crise do planejamento no Brasil). O desenvolvimento passou então a ser entendido como incentivos fiscais, indústrias estatais, e algumas outras formas que viabilizaram, através do Estado, o investimento lucrativo dos grandes setores de capitais nacionais e internacionais. Os números dos incentivos fiscais são exorbitantes: “*Os incentivos concedidos por conta do sistema 34/18 e FINOR envolveram recursos, nas três primeiras décadas de sua existência, da ordem de US\$ 6,2 bilhões, sendo US\$2,8 bilhões associados ao 34/18 e 3,4 ao sistema FINOR*”. (Ibid. p.246).

Em síntese, os resultados dessa política assumida durante o governo militar, ainda segundo Guimarães Neto, foram generalizadamente dois: O amplo desenvolvimento de grandes setores econômicos, e o favorecimento de uma elite já cristalizada, em contraste com a não alteração das condições de vida das populações economicamente frágeis; e o controle da maior parte dos capitais circulantes no Nordeste por grupos de outras regiões do Brasil (principalmente o Sudeste e, mais exatamente, São Paulo).

Diante desta situação, fica evidente que o desenvolvimento promovido pela SUDENE foi restritamente econômico, em benefício de grandes grupos financeiros do Nordeste, porém em nada adiantou para suprimir (e nem sequer alterar substancialmente) as condições de precariedade, pobreza e desigualdade social na Região:

Mas o que se deve reter é que o avanço econômico ocorrido foi seletivo em termos espaciais e setoriais e não eliminou, nem amenizou, os mecanismos de concentração da renda e da propriedade que tradicionalmente a região possuía e que explica parte importante do baixo nível dos seus indicadores sociais (GUIMARÃES NETO, op. cit. p. 259).

Não muito diferente foi o ocorrido com a SUDAM, criada em 27 de outubro de 1966. Essa superintendência foi criada após uma sucessão de outras iniciativas políticas para o desenvolvimento da Amazônia, diante de uma situação de isolamento e subdesenvolvimento econômico da região. É importante notar que o conjunto dessas políticas, apesar de ter como objetivo também superar os desequilíbrios regionais, se difere, de certa forma, das políticas em relação ao Nordeste em função do problema central ser a “ocupação produtiva” da região.

A primeira experiência de política planejada de desenvolvimento regional foi a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), criada em 1953. Os objetivos traçados em sua criação eram o desenvolvimento econômico e a integração da região na economia nacional. Para dar cabo a tais objetivos, a SPVEA contaria com um orçamento governamental fixo, indicado na Constituição Nacional de 1946 e regido pela Lei nº 1804 de 6 de janeiro de 1953 (FERREIRA, 1999). As estratégias estabelecidas para o cumprimento desses objetivos foram definidas através do Plano de emergência, inicialmente, e do I Plano Quinquenal, que tinham como grande mote de funcionamento a concessão de créditos (Ibid). As prioridades estabelecidas nesses planos eram, em primeiro lugar, o desenvolvimento agrícola para tornar a região auto-suficiente deste abastecimento e também exportadora de matérias primas; seguida do investimento em infra-estrutura, como transportes, comunicação e energia; e, por último, o investimento na saúde (MAHAR, 1978).

Tal iniciativa não logrou o êxito esperado, apesar de seus impactos terem sido significativos na economia da região. Diversos problemas internos e externos inviabilizaram a atuação da SPVEA. Em primeiro lugar, os investimentos públicos previstos não foram cumpridos, restrições orçamentárias através do Congresso Nacional eram constantes, o que provocava sempre a realocação dos recursos, no qual os investimentos nas áreas sociais sempre saíam prejudicados; ocorreu também muita influência estritamente política na escolha da adoção dos projetos, a aplicação desses recursos se dava mais em função de interesses eleitoreiros ou conchavos do que critérios técnicos; a SPVEA pecou também na falta de estudos antropológicos e técnicos, como aptidão cultural e agrícola, viabilidade de mercados, etc; além disso, a balança comercial da região era bastante deficitária, com uma necessidade de importação de produtos bem superior a capacidade de exportar (FERREIRA, op. cit).

Importante ocorrência nesse período foi a criação da Zona Franca de Manaus em 1956. Tal iniciativa decorreu de uma demanda de comércio surgida após o funcionamento da Refinaria de Manaus, antes suprimida pelo contrabando internacional.

Após o golpe militar de 1964 as estratégias para o desenvolvimento regional se modificam. O papel da iniciativa privada tomou grande relevância, sendo conclamada a exercer função central nessa nova política, dispondo até mesmo de um Fundo para Investimentos privados na Amazônia (FIDAM); e, seguindo o exemplo do Nordeste, a política de incentivos fiscais, antes pouco expressiva, foi dobrada, chegando até a

atingir o incrível número de 50% de isenção para indústrias que vierem a se instalar e 100% para aquelas já instaladas (IBID). Criou-se um grupo de trabalho que, a partir de seus estudos, foram criadas uma série de leis que ficaram conhecidas como “Operação Amazônia” (MAHAR, op. cit.)

Segundo esse artigo [Artigo 4º da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966], a futura política regional seria orientada para: estabelecer ‘pólos de desenvolvimento’ e grupos de populações estáveis e auto-suficientes (especialmente nas áreas de fronteira); estimular a imigração; proporcionar incentivos ao capital privado; desenvolver a infra-estrutura; e pesquisar o potencial de recursos naturais. (IBID. p. 21-22)

Nesta “Operação Amazônia” outras leis de significativo impacto foram criadas, como o Banco da Amazônia (BASA), delegado as seguintes funções:

[...] cujas atribuições são: efetivas operações bancárias em todas as modalidades, executar a política do governo federal relativa ao crédito na região, exercer função de agente financeiro da SPVEA para aplicação de recursos mobilizados interna ou externamente, de acordo com a legislação em vigor.(FERREIRA, op. cit. p.284)

É também criada a SUDAM, sob os auspícios do MINTER, e extinta a SPVEA. Para nortear as políticas públicas, é realizado a I Reunião de Incentivos Fiscais ao Desenvolvimento da Amazônia (RIDA), com o objetivo de fortalecer o “diálogo” entre empresários e setor público.

A SUDAM surge em um contexto de nítido contraste entre as duas parcelas da Amazônia: ocidental, escassa em infra-estrutura, com baixos índices de desenvolvimento e de densidade demográfica; e oriental, com uma dinamização econômica notável. Sua política de desenvolvimento baseada nos incentivos fiscais só fez crescer esse contraste, já que as empresas incentivadas optavam sempre pela parcela oriental, devido as facilidades econômicas (Ibid). Tal situação exigiu uma nova política de desenvolvimento, que se concretizou com a realização do I Plano Quinquenal da SUDAM, mais especificamente, com a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).

O I Plano Quinquenal de Desenvolvimento operou de 1967 a 1971, e teve como grandes prioridades estabelecidas a agricultura, pecuária e a indústria. Ele definiu também a SUDAM e o BASA não só como repassadores das verbas públicas, como também orientadores dos projetos a serem executados (Ibid). A grande fragilidade

encontrada foi o não controle direto pela SUDAM de seu fundo. De forma geral, o plano seguiu a política de transferências de verbas públicas para o setor privado:

Embora o plano tivesse oito objetivos específicos, todos conformavam-se em geral ao modelo econômico de substituição de importações pela região e aos imperativos geopolíticos de ocupação humana. Tais metas deveriam ser alcançadas pela programação do investimento público e privado na região, por setor econômico. (MAHAR, op. cit. P 26)

A SUFRAMA, também sob os auspícios do MINTER, foi criada em 1967, com o objetivo específico de gerenciar a Zona Franca de Manaus, que sofreu nesse momento uma série de reformulações. Estas que obedeceram as exigências em relação a segurança nacional, requisitadas durante a I RIDA.

A partir de 1970 as atividades do governo federal se intensificaram substancialmente, e os objetivos de ocupação e integração foram eleitos como primordiais (FERREIRA, op. cit). Duas políticas aqui assumem especial destaque, e, inclusive, juntas somavam 50% do total de investimentos federais na Amazônia: O PIN, e o PROTERRA.

O PIN foi criado em 16 de junho de 1970, com uma reserva de CR\$ 2 bilhões entre 1971/1974 para financiar uma rodovia que ligasse a Amazônia ao Nordeste, a Transamazônica; uma que ligasse o Norte ao Sul do País, a Santarém-Cuiabá; e um plano de irrigação para o Nordeste (MAHAR, op. cit.).

O PROTERRA foi instituído em 1 de junho de 1971 como complemento do PIN. Os objetivos definidos para esse programa eram a desapropriação e compra de terras, créditos rurais, subsídios e financiamento da agroindústria. O montante do financiamento foi de CR\$ 4 bilhões (Ibid).

De 1972 a 74 entra em vigor o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), com o objetivo de inserir o Brasil no rol das nações desenvolvidas. Em relação à Amazônia, tal plano tinha por objetivo o desenvolvimento econômico e a integração da região na economia nacional, objetivos esse que casavam perfeitamente com os do PIN e do PROTERRA. De 1975 a 79 vigorou o II PND, que traçou linhas de incentivos através da seleção de setores produtivos em função de vantagens comparativas, ou abastecimento da região. Este PND propiciou a expansão do capitalismo na região através d financiamento da grande empresa privada, o que ocasionou uma situação de bastante impacto ecológico e latifúndios.

No fim das contas, em um balanço geral, Ferreira aponta ser inegável a dinamização da economia e a integração da região amazônica com o país como um todo que essa série de planejamentos proporcionou, porém, quanto as questões sociais, os resultados não foram em nada satisfatórios. Assim como a SUDENE, a SUDAM foi um sucesso para o grande capital e um fracasso para os (as) trabalhadores(as) de forma geral.

a integração econômica não proporcionou os mesmos resultados no âmbito social face a uma crescente concentração de renda, além de graves impactos ecológicos na execução de projetos agroindustriais, principalmente na Amazônia Oriental. (FERREIRA, op. cit. p. 304)

Outro aspecto significativo das políticas governamentais no período delimitado se refere às políticas de integração do território por meio da ocupação da região amazônica, que era considerada como um “vazio demográfico e econômico” , como atestam os dados do Censo de 1970, que apontam que cerca de 3% do Amazonas, 9% do Pará e 7% de Rondônia eram de terras ocupadas por estabelecimento rurais, o restante era composto de terras devolutas e terras indígenas cadastradas e não cadastradas (IANNI, 1979). Tal ocupação foi possibilitada por uma série de políticas governamentais de ocupação; e também por via de movimentos migratórios espontâneos, que Otávio Ianni (Idem) destaca como os dois fundamentais processos migratórios distintos: do posseiro e o oficial, do Estado.

Os processos migratórios espontâneos, ou dos posseiros, passaram a existir intensamente desde a construção da rodovia Belém-Brasília, entre os anos de 1956-60, onde ocorreu um forte movimento em direção ao sul do Pará, e posteriormente para toda a Amazônia, principalmente a parcela oriental (Ibid). Eram movimentos de pessoas advindos de todo o Brasil, inclusive da própria região Norte, mas, principalmente, da região Nordeste. Essas pessoas vinham em famílias ou sozinhas, por conta própria, sem previsões de como, quando e onde iriam chegar. Seguiam apenas na busca das proclamadas terras a serem apossadas, onde pretendiam sedimentar a vida e criar família.

Esse processo, até 1970, ocorreu quase que exclusivamente em função desses posseiros que, espontaneamente, ou melhor, por iniciativa própria diante das subcondições de vida, seguiam a desventura da colonização. O Estado pouco agiu

politicamente em favor desta ação, ou melhor, nada fez até então com o objetivo direto de ocupação, salvo alguns projetos através da SUDAM e do BASA (Ibid).

Esses migrantes, como já mencionado, provinham de todas as partes do Brasil, mas principalmente da região Nordeste. Nesta época, tal região, como antes já demonstrado, vivia uma situação de intensa pobreza e desigualdades sociais. Diante disso, a população dos sem-terras, assalariados desempregados e pequenos proprietários, encontraram na migração para a Amazônia uma perspectiva de futuro promissor, de posses de terras, de lavrar a terra e prover suas famílias.

De fato, aqueles considerados “pioneiros”, ou seja, os primeiros posseiros da região, de fato encontraram, além de muito trabalho a ser feito, uma imensidão de terras a serem cultivadas. De tal modo que, ao deixarem seus lugares de origem na condição de expropriados da terra, subempregados ou coisa que o valha, eles passam a ser assentados e dispõem de terras, o que caracteriza um Reforma Agrária. Dessa forma, Ianni (Idem) defende que os movimentos migratórios de ocupação da Amazônia promovido pelos posseiros se caracterizam como uma Reforma Agrária de fato.

O que estava ocorrendo na Amazônia, nesses anos, era um singular processo de colonização espontânea. Pouco a pouco, ou de repente, conforme as condições do lugar e as condições das quais provinham os migrantes, eles iam ocupando terras. Tratavam de constituir ‘morada habitual e cultura efetiva’ a fim de garantir fisicamente a posse e o uso da terra. (Op.cit. p.15)

A partir de 1970, repentinamente, o governo militar adota o “problema da integração” como central. Essa postura passou a ser assumida quase que simbolicamente através de uma viagem do então Presidente Emílio G. Médici ao sertão nordestino após a histórica seca de 1970. Diante dessa situação, o presidente proclama a política de integração da Amazônia como a solução para aquele estado calamitoso, através da migração do “excedente populacional”. Para dar cabo a tal empreitada, surge então todo o aparato institucional cabível; foi criado então o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o PIN e o PROTERRA (CARDOSO; MÜLLER, 1997).

O INCRA foi criado de acordo com a finalidade de operacionalizar as ações de colonização e como resultado de uma série histórica de sucessivos órgãos instituídos com o mesmo fim (Ibid). Em 1971 o instituto abre a possibilidade de a iniciativa privada realizar a colonização de áreas consideradas como prioritárias e devolutas da União, nos setores infra-estruturais somente. Em 1972, é aberta à iniciativa privada também a possibilidade de investimento em empreendimentos agropecuários de

pequeno porte (Ibid). Nota-se aqui um progressivo estreitamento de relações entre o órgão público e a iniciativa privada.

Quanto ao PIN e o PROTERRA, já mencionados os motivos de sua criação, exerceram, respectivamente, a construção das rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá; e a colonização das margens das estradas, assim como demais projetos de infraestrutura. Cabe fazer um destaque de que tanto o INCRA, como o PIN e o PROTERRA tinham algum vínculo administrativo como MINTER.

A colonização oficial era extremamente burocrática, chegando a definir até o que os colonos deveriam produzir, quando deveriam adquirir crédito, como seriam suas propriedades, etc. Chegou-se inclusive a serem desenvolvidos projetos “urbanísticos” na constituição de centros de integração social. Esses centros eram as classificados de acordo com três categorias: a) Agrovilas, que eram pequenos bairros rurais; b) Agrópolis, que eram centros de influência sob conjuntos de Agrovilas; c) Rurópolis, que eram centros urbano-industriais de influência sob as Agrópolis. Toda essa estrutura era, antes de tudo, um eficiente meio de controle social.

Há toda uma economia política desse urbanismo rural, que implica na transformação dos colonos – pessoas, famílias, grupos, vizinhanças ou núcleos – em elementos amplamente articulados aos interesses ou decisões aqueles que exercem o poder estatal. O Estado ditatorial estava propondo uma ‘comunidade’ econômica e politicamente organizada segundo as suas razões. (IANNI. Op.cit. p.62).

É importante frisar, como ressalta Otavio Ianni, que muito do que consta nos números oficiais como colonizados pela ação estatal foi na verdade posseiro transformado em colonizador (IANNI, op. cit.). É importante também ressaltar que mesmo durante a investida estatal, oficialmente institucionalizada através de seus órgãos, a ação dos posseiros de migração independente não cessou, continuou ativamente.

As razões alegadas para essa guinada política do governo eram, em primeiro lugar, a solução da pobreza nordestina através da migração dos subempregados e vítimas da concentração fundiária e de renda, que o governo chamou de “excedente populacional”. Em segundo lugar, a segurança nacional, através da necessidade geopolítica de ocupação da Amazônia, mesmo porque as razões de segurança já haviam sido expostas no primeiro plano quinquenal da SUDAM (Ibid). além disso, um outro fator de segurança não proclamado, porém que foi bastante considerado para se priorizar uma colonização oficial na Amazônia, foi a segurança social. As hipóteses de grupos

guerrilheiros em formação, tanto no Nordeste como na Amazônia, como a Guerrilha do Araguaia, preocupavam o governo militar, e o controle direto sob essas áreas significaria o controle social direto.

A ação efetiva do Estado na colonização da Amazônia foi na verdade a convocação de grandes setores do capital para realizar investimentos na região. Muito recurso público foi utilizado com a finalidade de tornar a região atrativa para esses investimentos. A relação público-privado foi se estreitando a medida que os órgãos instituídos nessa missão iam cada vez mais se aproximando dos setores privados (Ibid).

A partir de 1974 a iniciativa privada, através dos incentivos estatais, assume a posição de mais significativo agente da colonização. Empresários, latifundiários e grileiros se deslocam para a região com um volume enorme de capital a ser investido, incentivos fiscais, respaldo político do governo e com infra-estrutura de acordo. Exemplo da relação entre capital privado e dinheiro público se personifica através dos Pólos de Desenvolvimento Agropecuário e Amazônico (POLAMAZÔNIA), que se tratam de programas de atração concentrada do capital privado (Ibid).

A voracidade desses atores encontra empecilho nos posseiros que já haviam ocupado as terras, o que cria uma situação de conflito:

Assim, à medida que cresce o interesse econômico de certas terras para as empresas agropecuárias ou outras, intensificaram-se aí as atividades de grileiros, jagunços, pistoleiros, advogados especializados em questões de terras e outros personagens de uma intensa e generalizada luta pela terra. (IANNI, op.cit. p. 74)

De prontidão os órgãos estatais intervêm nesse conflito a favor dos setores do capital. A pauta de regularização das terras é tida como prioritária para o INCRA, que insiste em não reconhecer as propriedades não regularizadas burocraticamente dos posseiros, e, em contrapartida, reconhece os documentos grilados de propriedade de grandes latifundiários (Ibid).

Visto dessa forma, Otavio Ianni (Idem), defende que a política de colonização oficial, proclamada como “reforma agrária”, foi na verdade, nos dizeres dele, uma “contra-reforma agrária”. Isto devido principalmente a quatro motivos: a) o Estado interviu, através de diversos aparatos burocráticos, para dificultar o processo de reforma agrária de fato que ocorria com a migração espontânea; b) objetivou deslocar mão de obra nordestina para apaziguar os conflitos sociais latentes sem no entanto alterar a estrutura fundiária concentrada, haja visto que a então oligarquia agrária nordestina era importante base aliada do governo; c) e, por fim, já na região amazônica, privilegiou

abertamente os grileiros, latifundiários e empresários, em desfavor dos posseiros, grandes interessados em uma reforma agrária de fato, que foram inclusive expulsos de muitas regiões.

Por sob o desenvolvimento da 'fronteira', da 'frente de expansão' ou 'frente pioneira' o que ocorre de fato é a acumulação primitiva, como processo estrutural. Ao mesmo tempo que a terra é monopolizada pelo latifúndio e a empresa, como 'reserva de valor', ou para exploração, expropriam-se índios, caboclos, sitiantes e posseiros. Desenvolve-se um singular divórcio entre os produtores e a propriedade dos meios de produção, em favor de latifúndios e empresas protegidas econômica e politicamente pelo Estado. (IANNI, op. cit. p.24)

O último aspecto da política governamental do período destacado a ser aqui apresentado é a ação das políticas contra as secas. Andrade (1983) desenvolve um balanço crítico geral da maneira pela qual o problema das secas é tratado.

Segundo esse autor, historicamente as razões da pobreza e dos baixos índices econômicos e sociais do Nordeste são atribuídas as condições climáticas desfavoráveis. Seria, nessa perspectiva, o regime pluviométrico grande responsável por essas condições sociais hostis.

Essa argumentação, de bastante aceitabilidade no imaginário comum, segundo Andrade (Idem), esconde a realidade do problema. As razões para a pobreza nordestina são fundamentalmente o seu papel desempenhado na divisão territorial do trabalho, e as desigualdades sociais endêmicas, com uma estrutura fundiária e de renda extremamente concentradas. Elucidativo desta situação é, em primeiro lugar, que os problemas gerados pelos períodos de seca atingem, de forma irreparável, exclusivamente os pequenos produtores, agricultores sem-terra, assalariados do campo, entre outros, enquanto os grandes proprietários dispõem de uma estrutura capaz de amenizar significativamente os efeitos da estiagem, geralmente construída com recursos do Estado (Ibid). Outro aspecto observável é o fato das características da pobreza nas regiões úmidas e nas secas serem bastante semelhantes (Ibid).

Esses fatos são elucidativos para que se compreenda que o grande problema do Nordeste da pobreza de seus habitantes não é o resultado das condições naturais, não é produto das secas periódicas, mas das estruturas criadas com a colonização e conservadas até os dias de hoje, apesar das transformações que vêm sendo feitas nas formações econômico-sociais, que predominam em várias porções do território brasileiro. (Ibid. P. 85-86)

Temos então que a ação de combate às secas no Nordeste é orientada em favor das elites regionais, dos grandes proprietários, que se beneficiam dos recursos públicos destinados ao combate deste fenômeno natural (ANDRADE, op. cit). Diante disso, temos que a manutenção do atual discurso e da atual política contra as secas interessa para as elites econômicas da região, ao passo que um verdadeiro investimento de combate a pobreza nordestina não lhes interessa.

Às regiões ricas e às classes dominantes nordestinas interessa a manutenção do sistema expoliador (sic) da grande maioria da população e as leva a manter tanto uma estrutura política de sustentação, baseada em um eficiente sistema repressivo, como também em desenvolver uma ideologia que procura transferir para as condições naturais as causas do nosso subdesenvolvimento, da miséria que domina a região. (Ibid. p. 86)

### **3.2 O discurso do Ministério do Interior**

Como já referimos anteriormente, compreenderemos o discurso veiculado através da revista *Interior* como o próprio discurso do MINTER, apesar das limitações também já apontadas. Dessa forma, tentaremos aqui, a partir dos conteúdos expressos nas matérias selecionadas, delinear idéias gerais que caracterizem uma forma de pensamento, para então confrontá-lo com a realidade social acima caracterizada, e, posteriormente, observarmos um caráter ideológico geográfico ou não nesse pensamento.

Para tanto, nos utilizaremos dos agrupamentos definidos; cientes, porém, que nos conteúdos desenvolvidos nas matérias analisadas, de certa forma, os assuntos se entrelaçam e até mesmo se confundem. Cabe também uma ressalva em relação a caracterização das ações. O que caracterizaremos a seguir é o que se diz sobre as ações, e não as ações em si.

Em primeiro lugar, salta aos olhos a grande diferença quantitativa entre a divisão das matérias. O agrupamento 1) Desenvolvimento e desequilíbrios regional, apresenta um total de 39 matérias; enquanto o agrupamento 2) Integração Nacional e ocupação do território, tem um total de 8; o 3) Migrações, um total de 5, e o 4) Combate às secas, apenas 4 matérias agrupadas. Diante desse fato, já temos um primeiro delineamento: de acordo com os critérios aqui utilizados, observamos que o pensamento predominante do MINTER se caracteriza por uma orientação na noção de região. Seguiremos então a um esboçamento das idéias gerais em relação a cada grupo específico.

O primeiro grupo de matérias se destaca em relação à quantidade de matérias despendidas para o assunto relativo ao desenvolvimento regional e a superação dos desequilíbrios entre as regiões do Brasil.

Todas as matérias desse grupo apresentam uma característica em comum, o pressuposto de ser o Brasil marcado por nítidos desequilíbrios regionais; coexistindo no território nacional regiões desenvolvidas, como a Sudeste, e regiões subdesenvolvidas, como o Nordeste e o Norte. Tais desequilíbrios seriam o suporte de legitimidade da ação governamental, o pressuposto no qual todo o discurso se ancora. Temos então um segundo delineamento generalizado de uma idéia: os diferentes níveis de desenvolvimento das regiões como um desafio a ser superado.

A partir dessa situação, o governo teria então que desenvolver políticas de planejamento regional para proporcionar o desenvolvimento a todo o território brasileiro. Uma das grandes iniciativas tomadas para tal efeito foram as superintendências de desenvolvimento, tais como a SUDAM e a SUDENE.

Em relação a SUDENE, dentro do agrupamento 1, apenas duas matérias foram encontradas que a tinham enquanto objeto central. Quanto a SUDAM, na condição de objeto central de reportagens aqui agrupadas, nenhuma foi encontrada. Acreditamos que tal fato se explique pela concepção atribuída a essas superintendências apresentada no decorrer dessas matérias.

Ao que pudemos constatar, esses órgãos são aqui concebidos como uma espécie de articuladores e norteadores, em um nível mais amplo, de uma série de políticas voltadas para o desenvolvimento regional. A todo o momento a articulação entre os diferentes órgãos e entidades do poder público, a ação em conjunto destes, é ressaltado como fundamental para o cumprimento dos objetivos. E a SUDENE e SUDAM seriam as instituições privilegiadas para essa responsabilidade de articulação.

De toda forma, no decorrer das matérias intituladas “SUDENE: Um novo perfil para o Nordeste” (INTERIOR, maio de 1976), e “SUDENE aos quinze anos” (Idem, fevereiro de 1975), ambas desenvolvendo um balanço analítico da superintendência, são ressaltados os sucessos obtidos em termos econômicos:

Os índices reais do Produto Interno Bruto, a custo de fatores, cresceram de 100 no ano de 1960 para 170 em 1974, no setor agropecuário; para 330 no setor industrial; e para 300 no segmento terciário. Isto equivale a dizer que o índice para a agricultura quase dobrou, o da indústria mais que triplicou e o de serviços triplicou. (Idem, fevereiro de 1975. p.6)

Diante desse sucesso, as matérias apontam que o proclamado equilíbrio da região nordestina em relação às outras regiões brasileiras mais desenvolvidas, só não foi possível porque o crescimento econômico destas foi acima do normal.

Uma outra superintendência que foi objeto de duas matérias específicas foi a de desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO). A SUDECO é apresentada com os objetivos semelhantes, basicamente de desenvolvimento regional. Todavia, de acordo com os números apresentados, a SUDECO não dispõe de todo o montante de recursos públicos que as outras superintendências dispõe, inclusive não existe menção a incentivos fiscais, política muito comum nessas outras.

Outra política de desenvolvimento regional destacada foi a Superintendência da Zona Franca de Manaus. Na matéria intitulada “Zona Franca Incentivando Indústrias para ampliar exportações” (Idem, fevereiro de 1977), a Zona Franca de Manaus é apontada como um centro de desenvolvimento para a parcela ocidental da Amazônia. Os incentivos fiscais, o investimento em infra-estrutura e os créditos concedidos a empresários são concebidos como fatores de atração de investimentos, tornando a região mais atrativa para os investidores e a produção mais competitiva com as outras regiões.

Era portanto necessário criarem-se mecanismos de atração para a iniciativa privada, de forma a oferecer benefícios capazes de viabilizar economicamente os empreendimentos, tornando-os vantajosos e aptos a concorrer com os de outras regiões.

Criou-se assim um elenco de incentivos capazes de vencer os focos de resistência. Além da terra barata, servida por água, luz, telefone e ruas asfaltadas, os empresários passaram a contar também com reduções e isenções de impostos, para que produzissem a custos mais baixos, fortalecendo-se por essa via sua competitividade. (Idem, fevereiro de 1977. p.5)

A Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) é apresentada também como outra política governamental de desenvolvimento regional. A matéria intitulada “Uma empresa para o Vale do São Francisco” (Idem, dezembro de 1974), que é uma entrevista com seu presidente Nilo Peçanha Araújo de Siqueira, trata das ações prioritárias da companhia, que são basicamente a criação de atrativos para a iniciativa privada através da criação de uma infra-estrutura compatível com as necessidades produtivas, principalmente em relação a irrigação.

Dentre esse agrupamento relativo ao desenvolvimento e desequilíbrios regionais, a revista deu especial destaque às pautas relativas aos bancos regionais de desenvolvimento, como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e o Banco da Amazônia

S.A. (BASA). Dez foram o total de matérias que tinham esses bancos como objeto central. Tal fato evidencia um importante papel atribuído a eles no discurso do MINTER.

Pelos conteúdos dessas matérias, pode-se perceber que as funções às quais os bancos, tanto o BNB como o BASA, se prestam são bastante parecidas. Ambos ressaltam como a base de suas ações o compromisso com o desenvolvimento e a idéia de modernizar a economia, superar uma produção de bases tradicionais, de pequena escala de abrangência, para uma economia exportadora:

O desempenho da economia nordestina – tal como o da economia brasileira – está condicionado, de forma significativa, pelo comportamento das exportações. Daí a necessidade de um esforço coordenado e sistemático para superar as limitações do mercado regional. (Idem, fevereiro de 1976. p. 32)

O BNB aponta como elemento central de sua atuação em prol do desenvolvimento a concessão de créditos especializados, ou seja, créditos com destino específico pré-estabelecido, para a indústria, agricultura, agroindústria, e o setor de infra-estrutura. Segundo consta, também foi o BNB um incentivador de pesquisas nas áreas de agronomia, economia, organização da produção e novas tecnologias, tendo em vista a modernização da economia nordestina. Incentivou também o desenvolvimento de uma economia de exportação, através do Departamento de Operações Internacionais (Depin). Todas essas ações foram direcionadas de acordo com as diretrizes estabelecidas no II PND.

Quanto ao BASA, suas linhas de atuação não se diferem muito. A orientação é a de financiamento a empresários e fazendeiros, fomentação de uma economia de exportação baseada em, formação de mão-de-obra técnica e estímulo à pesquisa em áreas de aproveitamento econômico. Porém, um fator de especial destaque no discurso referente ao BASA reside na conclamação de uma vocação natural da Amazônia às exportações. A região, devido a sua grandeza territorial e riquezas naturais, seria dotada de uma aptidão intrínseca ao desenvolvimento de uma economia especializada, para exportação, obtendo assim as vantagens comparativas:

Considera o BASA, contudo, que a Amazônia, pelas suas condições geográficas, ecológicas e demográficas, ganhará destaque por uma economia marcadamente exportadora, especialmente de minérios, madeiras e gado (Idem, agosto de 1975. p. 33)

Esse tipo de pensamento parece ser elemento comum a todas as matérias que tratem da Amazônia, dessa forma, temos então uma terceira idéia geral: a Amazônia dispõe de uma vocação natural para o desenvolvimento.

Outro assunto de pauta constante nas revistas são os Programas de Desenvolvimento de Áreas integradas, do Nordeste, da Amazônia e do Centro-Oeste, respectivamente, Polonordeste, Poloamazônia e Polocentro. Três foram as matérias encontradas diretamente a esse respeito: “Polonordeste: Nova estratégia de desenvolvimento regional” (Idem, dezembro de 1974); “Polocentro” (Idem, fevereiro de 1975) e “A Poloamazônia” (Idem, novembro-dezembro de 1977 de 1977). De forma geral, os programas de desenvolvimento de áreas integradas são expostos como uma ação do governo, associado a iniciativa privada, de definição de uma área espacial delimitada no qual se concentraram os investimentos, de tal forma que se estabeleça neste lugar um pólo de desenvolvimento, e, a partir daí, se propague para toda a região.

Tais pólos compreendem, de um lado, os projetos básicos, visando à produção agropecuária, de caráter renovador, a serem implementados pela iniciativa privada.

Por outro lado, o Governo realizará esforço concentrado em tais pólos, através de ação simultânea nos seguintes campos: a) estradas vicinais, com vistas ao escoamento da produção e à interligação das áreas integradas à rede rodo-ferroviária e fluvial regional; b) eletrificação rural, para permitir a introdução de novas técnicas de produção; c) armazenagem e outras facilidades que possibilitem a racionalização do processo de comercialização da produção; d) pesquisa e experimentação agrícola (sementes, métodos de cultivo adequados às diversas condições ecológicas, técnicas de armazenagem e de transporte, etc. ) (sic); e) extensão rural; f) crédito rural orientado. (Idem, dezembro de 1974. p. 32)

De maneira geral, o grande norte de todo o pensamento apresentado é a noção de desenvolvimento. Essa noção é veiculada aqui, segundo nossa interpretação, quase que como sinônimo de crescimento econômico. Em todas as matérias essa idéia é expressa, mais diretamente na matéria intitulada “Análise do desenvolvimento do Nordeste” (Idem, outubro de 1976). O desenvolvimento é representado pela revista em função da infra-estrutura instalada para a produção, os índices de industrialização e alguns dados sociais a respeito de educação, saneamento, habitação e saúde. Alguns setores da agricultura nordestina são apontados como fatores de entrave ao desenvolvimento, “*é onde subsistem sistemas arcaicos de relações de trabalho, com numerosos parceiros, moradores e arrendatários*” (Idem, outubro de 1975. p. 17).

Os incentivos fiscais, cujos números são apresentados como os maiores já vistos no Brasil, em especial destaque a política do Fundo de Incentivos do Nordeste (FINOR), são apresentados como o principal motor do desenvolvimento. Através dessa política a industrialização foi possível, a mecanização da agricultura e a transformação da economia regional em economia de exportação.

Diante dessa situação, temos então um delineamento geral de uma quarta idéia: o desenvolvimento como modernização da economia, industrialização e exportação.

Em relação ao segundo agrupamento, ocupação do território e integração nacional, foi encontrado uma totalidade de oito matérias julgadas cabíveis, sendo, dessa forma, o segundo maior grupo em quantidade de matérias.

A Amazônia aparece como tema mais recorrente nas matérias componentes do agrupamento, com os seguintes títulos: “SUDAM integração da Amazônia”, e “SUFRAMA As Ações de Integração”. Aqui a integração da região à economia nacional é apresentada como um objetivo inserido em metas mais amplas, principalmente o desenvolvimento da região e a segurança do território nacional, através da ocupação das áreas fronteiriças.

‘O objetivo central do desenvolvimento da Amazônia é o crescimento do produto da região, com distribuição mais eqüitativa da renda, de acordo com a política nacional de redução das desigualdades inter-regionais’ – disse o Ministro Maurício Rangel Reis, que em seguida enumerou os objetivos derivados dessa meta geral:

- (1) crescimento regional, com base nas vantagens comparativas de setores ou produtos;
- (2) integração da Amazônia na economia do País, elevando-se o volume de trocas;
- (3) maior contribuição regional ao aumento da receita cambial líquida;
- (4) elevação dos níveis de renda da produção;
- (5) ocupação territorial, e elevação dos níveis de segurança na área pelo alargamento da fronteira econômica. (Idem, novembro-dezembro de 1976. p. 7-8)

Basicamente, a idéia de integração da Amazônia ao território, percebida na leitura das matérias, significa a integração da região em um sistema econômico nacional. Integração essa efetivada por via da especialização da economia e inserção através das vantagens comparativas; que se torna possível apenas diante de uma situação de equilíbrio econômico regional, ou seja, todas as regiões desenvolvidas. Desenvolvimento esse que, no caso da Amazônia, se daria através das ações

governamentais, por via da SUDAM, SUFRAMA, Poloamazônia, BASA, entre outros; e da ação da iniciativa privada, através dos investimentos próprios.

Concepção semelhante norteia as idéias de integração para as regiões Centro-Oeste e certas áreas da região Sul. Em matéria intitulada “SUDECO A marcha do Centro-Oeste”, nos é apresentada uma noção de integração da região através das políticas de desenvolvimentos exercidas através principalmente da SUDECO. Segundo essas, o Centro-Oeste disporia de uma posição estratégica territorialmente, e uma potencialidade natural. Diante disso, a integração da região se daria através de sua ocupação econômica. Aqui, podemos ver que a idéia de vocação natural da região se repete.

A Superintendência de desenvolvimento do Sul (Sudesul), também é tratada em uma matéria específica, “O progresso vai chegando na trilha do Sudoeste-1” (Idem, dezembro de 1975). O Sudoeste-1, que faz referência o título da matéria é uma ação dentro da Sudesul com a proposta de integração de uma área delimitada no Sudoeste da Região Sul. A idéia evocada é praticamente a mesma, integrar significa modernizar a produção, desenvolver a economia.

Existe também uma matéria que faz referência as ações do Projeto Rondon<sup>5</sup>: “Rondon Sempre mais território adentro” (Idem, junho de 1975). Nela é exposta a criação de quatro Mini-Campis Avançados no Amapá, como uma forma de levar a tal região o desenvolvimento:

A necessidade de se deslocar o Projeto Rondon para o interior do Amapá aumenta à medida que vão surgindo as idéias de levar desenvolvimento para aquela região [...] A vida é ainda muito rústica. O caboclo, em qualquer dessas localidades, vive às margens dos rios; alimenta-se de peixe e açaí (uma fruta típica da região). Não existe ainda agricultura. O povo só planta para a subsistência, não se preocupando em vender nada. (Ibid. p. 20)

Assim, podemos perceber que a integração nacional e a ocupação efetiva do território, segundo as matérias analisadas, significa desenvolver todas as regiões, torná-las economicamente rentáveis, articuladas, especializadas, exportadoras. Diante de tudo isso, acreditamos que se possa definir mais uma idéia geral, a quinta até então concebida no discurso da Revista *Interior*: integrar significa aqui superar os desequilíbrios regionais, e superar os desequilíbrios regionais significa modernizar, desenvolver.

---

<sup>5</sup> O Rondon se trata de um projeto desenvolvido pelo governo militar que consistia na visita de estudantes universitários a áreas consideradas longínquas.

No terceiro agrupamento, relativo ao tema de migrações, foram enquadradas 5 matérias, sendo três especificamente sobre Rondônia, uma sobre a pressão demográfica em Brasília, e outra sobre as migrações internas de uma maneira geral.

A matéria intitulada “Problemas demográficos e sua influência sobre Brasília” (Idem, Janeiro-fevereiro de 1977), assinada pelo Secretário de Planejamento e Operações do MINTER, senhor Otamar de Carvalho, apresenta, de início, o processo de crescimento populacional brasileiro, e também o processo de urbanização da população. Diante dessa situação, o secretário alega que o governo brasileiro atinou para o fato de que a promoção de um equilíbrio no desenvolvimento das regiões brasileiras teria por consequência também o equilíbrio da distribuição demográfica. Foi baseado nessa premissa que o governo teria partido para a construção de Brasília.

A construção da cidade atraiu um grande fluxo de movimentos migratórios, entretanto, devido ao caráter administrativo, e não propriamente “produtivo”, esse contingente não pode ser absorvido como mão de obra, ocasionando em diversos problemas urbanos e sociais que afetariam Brasília na ocasião da matéria. Dessa forma, o secretário apresenta a iniciativa de transformar as cidades satélites que circundam Brasília em cidades produtivas, e também desenvolver projetos de agroindústria na região, o auxiliaria na absorção desse contingente de força de trabalho.

O então território federal de Rondônia é tema de maior recorrência a respeito do assunto tratado; as migrações. A situação de Rondônia é exposta, de maneira geral, como um conflito decorrente de amplos movimentos migratórios desorientados decorrentes das mais diversas regiões brasileiras, especialmente a Nordeste. Esses migrantes partiam em direção a Rondônia com a esperança de encontrarem terras, porém, ao chegarem na região se defrontavam com os critérios organizativos do INCRA, que geravam uma série de empecilhos burocráticos. Daí então, tinham duas posturas possíveis; ou seguiam território adentro e se instalavam irregularmente, ou esperavam pelos procedimentos legais que poderiam assenta-los ou não.

A opção pelo assentamento irregular de muitos desses migrantes estaria ocasionando um conflito pelas terras baseados na lei da força, já que estão à margem da lei do Estado. É dessa situação então que surge a necessidade de regularização da estrutura fundiária e o controle do planejamento estatal aos movimentos migratórios.

A matéria intitulada “Migrações internas tendem a equilibrar o povoamento do País” (Idem, Agosto de 1975) apresenta os estudos das migrações internas no Brasil que embasariam as posteriores políticas governamentais de planejamento. Esses estudos,

desenvolvidos pelo MINTER em conjunto com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, enfatizavam as ordens principais desses movimentos, de acordo com as regiões e as áreas rurais e urbanas. Aqui é presente o pensamento pelo qual a superação dos desequilíbrios regionais, com o desenvolvimento para todas as regiões, seria a maneira mais eficiente de distribuir equilibradamente a população brasileira:

A expansão e desconcentração da indústria, o desenvolvimento da agropecuária e da agroindústria – com a incorporação de novas áreas às atividades rurais – e a política de correção das desigualdades regionais, induzem a distribuição da população, promovendo um adequado povoamento das diferentes regiões brasileiras. (Idem, Agosto de 1975. p. 22)

A partir do exposto referente ao tema específico das migrações, podemos visualizar que, de acordo com as matérias examinadas, as migrações podem representar um fator negativo, causador de instabilidades, ou um fator positivo, de promoção e equilíbrio do desenvolvimento regional; a depender do nível de controle governamental sobre as mesmas. Dessa forma, acreditamos poder delinear uma sexta idéia geral que norteia o pensamento em análise: as migrações internas são instrumentos para o desenvolvimento regional, para tanto devem ser regidas eminentemente pelo governo.

Por fim, o quarto agrupamento, sobre as secas, totalizou quatro matérias. Aqui todas elas discorreram basicamente sobre o mesmo assunto, o de métodos e princípios adotados nos mais diversos programas governamentais no combate às secas.

De maneira geral, é proclamado aqui o entendimento das secas como um problema mais complexo do que a simples escassez de água. Muito além disso, tal problema é apresentado com causas sociais e econômicas. Regiões de índices pluviométricos e características climáticas semelhantes em outras regiões do mundo, são utilizadas como exemplo elucidativo desta concepção. Essas regiões conseguem superar as adversidades naturais, segundo as matérias, por disporem de um elevado desenvolvimento tecnológico e uma produção agrícola mecanizada, além das regiões semelhantes nas quais se desenvolveu a atividade industrial.

Desta forma, nos é indicado que as ações de combate às secas devem ser norteadas por uma política de desenvolvimento, provendo a área afetada pelas secas, o chamado “polígono das secas”, de uma infra-estrutura compatível com uma economia de indústria, de agricultura tecnificada, dotada de tecnologias modernas. O ponto fundamental para possibilitar essa estrutura seria a irrigação:

Aprofundando e aperfeiçoando essa política, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975/79) confere à irrigação papel relevante, no que diz respeito ao esforço pelo desenvolvimento regional. Preconiza o Plano, basicamente, o aproveitamento racional dos recursos de água e solos irrigáveis; elevação da resistência aos efeitos das secas; melhoria tecnológica das atividades rurais; racionalização de seus processos de produção, comercialização e aumento da oferta de alimentos e matérias-primas agrícolas. (Idem, março-abril de 1976. p.24)

À irrigação é atribuída a capacidade de tornar a economia do polígono das secas menos vulnerável aos períodos de estiagem, daí então ser ela tão significativa:

As ações no campo da irrigação destinam-se basicamente a melhorar as condições da economia agrícola nordestina, tornado-a menos vulnerável às crises climáticas, e a proporcionar melhores condições de vida a seus habitantes. (Idem, maio de 1976. p. 33)

Assim, segundo o pensamento apresentado, as ações contra as secas devem ter por objetivo o desenvolvimento regional, garantido pelo incentivo a produção modernizada e, principalmente, pela política de irrigações. Temos então uma sétima idéia geral traçada: Os problemas causados pelas secas devem ser combatidos com modernização e desenvolvimento.

### **3.3 Ideologias geográficas e o discurso do Ministério do Interior**

Finalmente, diante de uma apreensão sobre o contexto social vigente, e uma identificação das idéias gerais que norteiam o pensamento do MINTER veiculado através da revista *Interior*, podemos partir então para o confronto dessas idéias com o contexto referido, a fins de se identificar os elementos que caracterizam uma ideologia geográfica ou não.

Uma idéia geral traçada que, no nosso entendimento, é central e presente em todo o discurso apresentado na revista, é o desenvolvimentismo. Tanto o pensamento regional, quanto o da integração territorial, o das migrações e o das secas é orientado pela noção do desenvolvimento. Apesar de não ser esse um tema que se insere no que anteriormente foi delimitado como geográfico, é de extrema importância a caracterização do que se entende por desenvolvimento, para então possibilitar o fundamento básico de todo o discurso em análise.

De acordo com a nossa compreensão daquilo que se expressa nas matérias da *Interior*, o desenvolvimento é entendido como algo muito próximo de crescimento

econômico, modernização da agricultura, industrialização; acompanhados também de infra-estrutura social, com educação básica e saneamento básico. São esses elementos de uma economia fundamentalmente capitalista, dessa forma, as economias de menores escalas e menores produtividades, tipicamente exercida pelos atores de menor expressão, são consideradas como algo atrasado, a ser superado. De certa maneira, em alguns momentos o discurso sobre o não desenvolvido se aproxima de um antropocentrismo, confundindo-se com o levar a civilização: “*A pouco menos de 500 metros, apenas separados pelo Rio Oiapoque, os dois povos têm uma visão de civilização quase secular*” (INTERIOR, junho de 1975. p.20)

Partimos então para as idéias gerais delineadas. No primeiro momento, com a divisão das matérias por grupos definidos em função dos temas, a grande diferença entre o número total de matérias dedicadas aos desequilíbrios e desenvolvimento regional em relação às outras temáticas saltou aos olhos. Tal fato, de acordo com o nosso entendimento, caracteriza uma idéia de políticas governamentais norteadas pela noção de região.

Como pudemos evidenciar, as matérias analisadas buscavam legitimar as ações implementadas através de benefícios para a região. Dessa forma, o crescimento econômico, a industrialização, a chegada de grandes empresários, a produção para exportação, e tudo o mais que se buscava, se justificaria por números que caracterizavam o engrandecimento da região.

A região é aqui tomada como se fosse o próprio objeto da ação estatal. O desenvolvimento é da região, e não dos indivíduos sociais. Quando se pronuncia esta como beneficiária, ignoram-se as diferenças entre grupos e classes sociais, como se a região fosse uma unidade dotada de um interesse único. O povo é tomado pelo seu espaço, os interesses são proclamados como se fossem dos nordestinos, dos amazônicos. Porém, como se pode verificar, esses interesses “regionais” beneficiaram, a bem da verdade, estritamente a grupos sociais em situação privilegiada, acentuando as relações de dominação.

O que se evidencia aqui é uma situação clara de ideologia geográfica, tal qual Moraes (2005a) identificou como traço comum no discurso sobre a formação territorial brasileira: “*O território como objeto de intervenção, e a população como instrumento*” (p.108).

Derivado dessa noção de região adotada no discurso da revista *Interior*, uma segunda idéia geral é desenvolvida, a idéia de serem os desequilíbrios regionais um

desafio a ser superado. Concebe-se aqui que diferentes regiões brasileiras dispõem de diferentes níveis de desenvolvimento. Dessa forma, far-se-ia necessária a equiparação destes níveis.

O que pudemos perceber através da leitura de Octavio Ianni (1979) e Oliveira (1981) é que o desenvolvimento a fim de equilibrar as regiões brasileiras foi na verdade a expansão de grupos e classes sociais dominantes das regiões mais dinâmicas da economia nacional (Centro-Sul), e o consorciamento das elites regionais. O que se fez de fato foi então uma expansão do capitalismo e do exercício de dominação e exploração dessas elites.

Da mesma forma se apresenta o discurso sobre a integração do território nacional, que também legitimava a expansão desses grupos sociais dominantes por todo o território nacional, alegando motivos de segurança e desenvolvimento.

Podemos então identificar mais um traço de ideologia geográfica, o discurso sobre os desequilíbrios regionais e a integração do território justificam a subordinação dos(as) trabalhadores(as) de determinadas regiões tidas como subdesenvolvidas em relação aos grupos dominantes das outras regiões entendidas como desenvolvidas.

A terceira idéia geral traçada é a da existência de uma vocação regional, baseada em uma naturalização da mesma. Desta forma, a Amazônia – considerada como um “espaço vazio” a ser economicamente ocupado – devido a sua grandeza territorial e riquezas naturais, têm uma vocação regional para a produção especializada em larga escala com vistas a exportação; o Centro-Oeste, devido aos seus “planaltos infinitos”, sua vegetação de cerrado, é naturalmente próprio para a pecuária extensiva e a produção de grãos em grandes fazendas; o Nordeste, devido aos problemas climáticos, teria uma vocação para a produção em grandes fazendas dotadas de amplos recursos tecnológicos.

Podemos perceber que o fundamento de tal idéia é simplesmente a de que uma região exista por uma significação própria, por si só, independente das relações sociais nela inseridas. Dessa forma, não seriam os interesses dos fazendeiros de grãos e pecuaristas, os interesse da balança comercial positiva, que determinariam ser a Amazônia e o Centro-Oeste próprios para essa ou aquela atividade, mas sim a própria aptidão natural da região. Aqueles que não puderem, ou não quiserem, compartilhar dessas atividades, como os (as) agricultores(as) familiares por exemplo, estão sendo contrários a imperativos “naturais”.

Temos então a evidência de mais uma ideologia geográfica, a existência de “aptidões regionais”.

Outra idéia geral evidenciada é a da necessidade de um acompanhamento por parte do governo dos movimentos migratórios. Segundo o que se pode perceber, essa idéia se justificaria para evitar conflitos decorrentes dos assentamentos irregulares. Assim sendo, ficariam sobre a tutela do governo todos os migrantes.

Ianni (op. cit) nos apresenta que a ação estatal em relação aos movimentos migratórios que se destinavam a Amazônia foi na realidade um controle social e uma facilitação das ações de grilagem de terras por parte de fazendeiros e empresários. Através da intervenção do Estado, o que se obteve foi um estancamento daquilo que o autor chamou de Reforma Agrária de fato, que ocorria em decorrência dessa migração espontânea, e a efetivação de uma contra-Reforma Agrária agindo no sentido da concentração de terras. E, além disso, os conflitos fundiários bastante constantes decorriam do conflito entre a expansão do fazendeiro e as terras dos posseiros já sedentarizados.

Temos então mais um fundamento ideológico e geográfico no discurso do MINTER. A proclamação da necessidade da tutela estatal aos movimentos migratórios não correspondia com a realidade social, mas sim com a manutenção dos interesses daquele grupo de fazendeiros em expansão.

Por fim, a última idéia delineada se dá a respeito das políticas adotadas no combate as conseqüências das secas. O discurso analisado defende que o problema do semi-árido nordestino não se restringe as condições climáticas e pluviométricas, mas tem causas sociais e econômicas. Essas causas seriam o subdesenvolvimento e a não disposição de técnicas adequadas para a produção em tais condições naturais. A partir disso, o governo propaga uma ação baseada em investimentos públicos voltados para a modernização, principalmente em relação a sistemas de irrigação.

Todavia, como nos aponta Andrade (op.cit), essas políticas governamentais adotadas favoreceram os grupos sociais dominantes. As obras públicas se instalavam próximas ou mesmo em suas próprias terras, as verbas destinadas apenas de relança atingiam os(as) pequenos(as) proprietários(as), os(as) trabalhadores(as) sem terra, e os demais grupos subordinados.

Segundo esse mesmo autor, uma verdadeira ação de combate aos efeitos das secas seria uma intervenção direta na estrutura agrária e de renda do nordeste, principalmente do sertão semi-árido, marcado por uma extrema concentração. O que de fato não ocorreu, ao contrário, as velhas estruturas sociais foram fortalecidas.

Temos então outro caso de ideologia geográfica. O discurso da modernização como esforço no combate aos efeitos das secas mascarou a realidade social, e as políticas públicas adotadas com base nessa argumentação apenas de longe beneficiou os principais atingidos pelo fenômeno natural.

#### 4. Considerações finais

Após a exposição da análise desenvolvida, acreditamos ser possível afirmar que as ideologias geográficas compuseram de maneira marcante o discurso do MINTER veiculado através da revista *Interior*.

O discurso analisado procede de um ministério do aparelho de governo estatal; legitima os interesses de grupos sociais em situação de dominação; legitima a conservação de valores e condutas pertinentes a esses mesmos grupos; representa a realidade social de maneira distorcida; age na tentativa de gerar consensos entre os mais diferentes segmentos sociais; propaga uma identificação social pelo espaço que se sobreponha a identificação pela classe ou pelo grupo. Todos esses elementos compõem de maneira definitiva o discurso do MINTER, e por isso nos permite a afirmativa inicial.

Identificar as ideologias, geográficas ou não, não implica em desmerecer as pautas tratadas. A integração do território nacional, a maior equidade entre as diferentes regiões, estados da federação, ou qualquer outra escala espacial e/ou social são pautas de primeira importância, ainda mais nas condições encontradas na época da atuação do MINTER. O que tem significado aqui não são as pautas, mas sim as formas como elas foram tratadas pelo discurso dessa instituição. O tratamento dessas situações, como pudemos observar, sofreram uma distorção em relação a realidade sócio-histórica, para que, desta forma, pudessem legitimar ações políticas em favor de interesses conservadores do *status quo*, o que compromete a validade do discurso.

Como antes referido, o MINTER foi criado em um governo de ditadura militar. O que indica muito sobre sua essência. Não se sabe ao certo o significado histórico deste período, já que, convenientemente, muito pouco a respeito foi apurado. Porém, do pouco que por ventura pôde vir a tona, sabe-se que muitos atentados aos direitos humanos ocorreram: a liberdade de expressão e de pensamento foi censurada, torturas de todos os tipos foram praticadas, repressão violenta àqueles(as) de pensamentos divergentes, entre outras ações. No tocante ao assunto aqui abordado, muitos crimes contra posseiros(as), pequenos(as) produtores(as), trabalhadores(as) sem terra, entre outros, foram cometidos. E toda essa ação em muito foi legitimada por esse discurso composto por ideologias geográficas, aos quais nos debruçamos.

O golpe de 1964 instaurou um governo sem base social, foi uma ação violenta contra um governo eleito através do voto. Diante disso, a construção ideológica se fez

fundamental para a tentativa de se criar uma base de legitimidade. E, como vimos, o pensamento geográfico foi apropriado e inserido nesse contexto como um instrumento das forças dominantes.

Acreditamos ser imprescindível a desconstrução desse pensamento geográfico a partir de um pensamento crítico no bojo da própria geografia, baseando-se em uma desconstrução e uma crítica as fragilidades teóricas distorcidas pelas ideologias. É dessa maneira que pretendemos, através dessa reflexão, colaborar na construção de uma geografia crítica, voltada de maneira aprofundada aos desvendamentos das causas opressoras, que findam esperanças e instauram desigualdades.

Acreditamos, de acordo com Boaventura de Souza Santos (1989), que o traço marcante da ciência moderna enquanto uma instituição para poucos, deve ser superado, seus pressupostos epistemológicos devem ser minados. O conhecimento científico deve superar sua atual condição elitista para caminhar e consubstanciar o “senso comum”, ou seja, a maneira de pensar de todas as parcelas das sociedades. Deixar de ser um pensamento analítico eficaz sob domínio de poucos privilegiados, para ser um pensamento analítico eficaz de discernimento para o “senso comum”. E assim deve ser, porém não de maneira impositiva, mas sim dialógica, compartilhada.

É desse pressuposto que o trabalho aqui desenvolvido parte. Reconhecemos algumas de nossas limitações, muitas delas decorrentes das próprias condições acadêmicas, principalmente a escassez de tempo, outras decorrentes das limitações do próprio pesquisador. De toda forma, acreditamos ter contribuído de certa maneira no debate acerca da história do pensamento geográfico brasileiro, assim como no debate a respeito das funções políticas desse pensamento.

## **5. Bibliografia documental**

INTERIOR. Brasília: Ministério do Interior, ano I, n. 1, dezembro de 1974.

INTERIOR. Brasília: Ministério do Interior, ano I, n. 2, fevereiro de 1975.

INTERIOR. Brasília: Ministério do Interior, ano I, n. 3, abril de 1975.

INTERIOR. Brasília: Ministério do Interior, ano I, n. 4, junho de 1975.

INTERIOR. Brasília: Ministério do Interior, ano I, n. 5, agosto de 1975.

INTERIOR. Brasília: Ministério do Interior, ano I, n. 6, outubro de 1975.

INTERIOR. Brasília: Ministério do Interior, ano II, n. 7, dezembro de 1975.

INTERIOR. Brasília: Ministério do Interior, ano II, n. 8, fevereiro de 1976.

INTERIOR. Brasília: Ministério do Interior, ano II, n. 9, abril de 1976.

INTERIOR. Brasília: Ministério do Interior, ano II, n. 10, maio de 1976.

INTERIOR. Brasília: Ministério do Interior, ano II, n. 11, maio-junho de 1976.

INTERIOR. Brasília: Ministério do Interior, ano II, n. 12, julho-agosto de 1976.

INTERIOR. Brasília: Ministério do Interior, ano II, n. 13, setembro-outubro de 1976.

INTERIOR. Brasília: Ministério do Interior, ano III, n. 14, novembro-dezembro de 1976.

INTERIOR. Brasília: Ministério do Interior, ano III, n. 15, janeiro-fevereiro de 1977.

INTERIOR. Brasília: Ministério do Interior, ano III, n. 16, março-abril de 1977.

INTERIOR. Brasília: Ministério do Interior, ano III, n. 17, maio-junho de 1977.

INTERIOR. Brasília: Ministério do Interior, ano III, n. 18, julho-agosto de 1977.

INTERIOR. Brasília: Ministério do Interior, ano III, n. 19, setembro-outubro de 1977.

INTERIOR. Brasília: Ministério do Interior, ano IV, n. 20, novembro-dezembro de 1977.

## 6. Referências Bibliográficas

ANDRADE, M. C. de. **As alternativas do Nordeste**. Recife: Universitária, 1983.

CARDOSO, F.H. ; MÜLLER, G. **Amazônia**: expansão do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1977.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980. (coleção primeiros passos)

FERREIRA, S. M. P. Planejamento e políticas públicas na Amazônia: as experiências da SUDAM e SUFRAMA. In: KON, A.(org) **Planejamento no Brasil II**. São Paulo: Perspectiva, 1999. (série debates)

GOMES, P. C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: Conceitos e temas**. 4ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GOMES, P. C. da C. **Geografia e Modernidade**.2ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GUIMARÃES NETO, L. O Planejamento regional no Nordeste: notas para uma avaliação. In: KON, A.(org) **Planejamento no Brasil II**. São Paulo: Perspectiva, 1999. (série debates)

IANNI, O. **Colonização e contra-Reforma Agrária na Amazônia**. Petrópolis-RJ: Vozes LTDA, 1979.

LÖWY, M. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 10ªed. São Paulo: Cortez, 1995.

MACHADO, L.O. As idéias no lugar: o desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil no início do século XX. **Terra Brasilis**, Rio de Janeiro, Ano I, nº 2, p.11-31, 2000.

MACHADO, L. O. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930). In: CASTRO, I. E de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: Conceitos e temas**. 4ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

MAHAR, D. J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia**: uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.

- MANNHEIM, K. **Ideologia e Utopia**. 4ªed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. 9ªed. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/historico>>. Acesso em: 20/08/2007.
- MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. da. **Geografia crítica: A valorização do espaço**. 4ªed. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- MORAES, A.C.R. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n.8, p. 166-176, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Ideologias Geográficas**. 5ª ed. São Paulo: Annablume, 2005a.
- \_\_\_\_\_. **Território e História no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2005b.
- \_\_\_\_\_. Epistemologia e Geografia. **Revista Orientação**, São Paulo, v.6, p.75-79, 1985.
- OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflitos de classes**. 3ªed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.
- PORTELLI, H. **Gramsci e o Bloco Histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Decreto-lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967**. Disponível em: <<http://www.lex.com.br/coletanea/default.aspx>>. Acesso em 28/06/2007.
- SANTOS, M. **Por uma geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: EDUSP, 2002.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ªed. São Paulo: EDUSP, 2004.
- SANTOS, B. de S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

## **7. Anexo**

<b>Agrupamento 1. Desenvolvimento e desequilíbrios Regional</b>		
Títulos das matérias	Ano	N ° edição
O banco do Nordeste	1974	1
Uma empresa para o vale do São Francisco	1974	1
Polonordeste: nova estratégia de desenvolvimento regional	1974	1
Sudene aos quinze anos	1975	2
Polocentro	1975	2
II PND/ O Banco da Amazônia	1975	2
BNB presente na área tecnológica	1975	4
Transformação do Baixo São Francisco	1975	4
BNB e BASA montam estrutura de apoio às exportações	1975	5
Análise do desenvolvimento do Nordeste	1975	6
Basa apóia pesquisas para o desenvolvimento	1975	6
Apoio a pequena e média indústria do Nordeste	1975	7
BNB promove e financia exportações do Nordeste	1976	9
Recursos para a Amazônia	1976	10
Prioridade para territórios	1976	10
Novo perfil para o Nordeste	1976	10
Um banco de desenvolvimento	1976	10
A Amazônia encontra sua vocação	1976	11
O Nordestino aprendeu a conviver com o Sol	1976	12
Em busca das pastagens ideais para a Amazônia	1976	12
Sudeco, um novo impulso	1976	12
A indústria no Nordeste	1976	13
No Jequitinhonha, a criativa ciranda do ir e vir	1976	13
O Sertanejo não perde tempo e implanta logo 12 núcleos	1976	13
Amazônia, patrimônio do Brasil	1976	14
Injeções de crédito e imaginação no desafio nordestino	1976	14
Zona Franca. Incentivando indústrias para ampliar exportações	1977	15
São Simão abre as comportas para o progresso	1977	15
O capital do BASA é a Amazônia	1977	15
Figura central do desenvolvimento	1977	16
Nordeste. Situação atual, o apoio do governo e os incentivos fiscais	1977	17
A vez do cerrado	1977	17
Basa. 35 anos de desafios	1977	19
BNB. 25 anos de compromisso com o Nordeste	1977	19
Búfalo. Riqueza em expansão e fator de equilíbrio ecológico	1977	19
A nova organização geopolítica da região Centro –Oeste	1977	20
A Sudeco em Mato Grosso	1977	20
A Poloamazônia	1977	20
O problema do Pantanal	1977	20
<b>TOTAL</b>	<b>39</b>	<b>49</b>

<b>Agrupamento 2. Integração nacional e ocupação do território</b>		
Títulos das matérias	ano	N <sup>o</sup> edição
Rondon sempre mais território adentro	1975	4
O progresso vai chegando na trilha do Sudoeste	1975	7
Integração da Amazônia	1976	10
As ações de integração	1976	10
A marcha do Centro-Oeste	1976	10
Do 14-Bis ao Bandeirante, um longo caminho	1976	13
Brasília a serviço da integração nacional	1977	18
Os movimentos separatistas	1977	20
<b>TOTAL</b>		<b>8</b>

<b>Agrupamento 3. Migrações</b>		
Títulos das matérias	ano	N <sup>o</sup> edição
Migrações internas tendem a equilibrar o povoamento do país	1975	5
Rondônia: os migrantes, seus problemas e esperanças	1976	12
Problemas demográficos e sua influência sobre Brasília	1977	15
Rondônia, o problema da terra	1977	18
Rondônia	1977	19
<b>TOTAL</b>		<b>5</b>

<b>Agrupamento 4. Combate às secas</b>		
Títulos das matérias	ano	N <sup>o</sup> edição
Secas: a luta contra um problema secular	1976	9
Proteção contra as secas	1976	10
O Nordeste e as secas	1976	11
No combate aos efeitos da seca, o Projeto Sertanejo	1976	12
<b>TOTAL</b>		<b>4</b>